

JATOBÁ

Revista socioambiental da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

As cidades e a crise climática

Alexandre Costa e Sabrina Fernandes

definem Crise climática e transição justa

O urbano em debate

Racismo ambiental, eventos extremos, planejamento e agroecologia


Entrevistas com Ednilson Rodrigues

e Francisco Kelvin, do Movimento dos Atingidos por Barragens

Maurício Terena

Os povos indígenas e o debate sobre mudanças climáticas



 **Curso gratuito:**

CRISE AMBIENTAL **e os Desafios da Esquerda**

**Descubra os
múltiplos aspectos
da crise ambiental
neste curso único!**

Contando com a expertise
de pesquisadores,
militantes e ativistas.



Explore
estratégias
para a
esquerda
brasileira
compreender
e **enfrentar**
os desafios
ambientais



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSol

Inscriva-se:

<https://plataforma.flcmf.org.br>

SUMÁRIO

Apresentação e Conselho Editorial	04
Crise climática Alexandre A. Costa	06
Transição justa Sabrina Fernandes	09
As cidades e o racismo ambiental: entre a destruição e a luta Cris Faustino	12
Desastres (não) naturais nas cidades Karina Lima	17
Entrevista com Edmilson Rodrigues Pedro Charbel	20
Planejamento urbano: desafios na luta ambiental e por justiça social Danielle A. Angelo, Priscila da Mota Moraes, Rafael Siqueira, Ricardo C. L. Ramos	26
Agroecologia nas cidades Carla Santos Ribeiro	30
Entrevista com Francisco Kelvim, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Rud Rafael	34
Tutelados até quando? Os povos indígenas e o debate sobre mudanças climáticas Maurício Terena	38
I Conferência Amazônica do PSOL	40
Resenha: A ecologia de Marx Gustavo Iorio	44
Literatura, filmes, séries e podcasts	46
Arte Mundano	47

EXPEDIENTE



Presidenta da FLCMF

Natália Szermeta

Diretor Financeiro da FLCMF

Stenio Matheus de Moraes

Diretora Técnica da FLCMF

Sara Azevedo

Conselho Editorial da FLCMF

Luiz Araújo - Presidente, Aurea

Augusta, Zeneide Nazaré

Haroldo Sabóia, Mário Azeredo,

Marcelo Badaró, Honório Rêgo

Conselho Fiscal da FLCMF

Alexandre Varela - Presidente

Miguel de Carvalho

Leandro Tavares

Jatobá

Conselho Editorial da Jatobá

Apib, Conaq, MAB, MPA, MST,

MTST, Alexandre A. Costa, Célia

Xakriabá, Claudia Horn, Cris

Faustino, Daniel Aldana Cohen,

Gabriela Gaia, Jurandir de Novaes,

Luiz Arnaldo Campos, Marquito,

Maureen Santos, Michael Löwy,

e Sabrina Fernandes

Editor-chefe

Pedro Charbel

Subeditor

Severino Souto Alves

Projeto Gráfico e Direção de Arte

Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão

Severino Souto Alves

Wendell Cristiano

Diagramação

HPDesign e WHIZZ

Jamyle Guedes

Organização

Ana Martins

Mariana Le Mener

Revisão

Dafne Melo

Cibele Machado

Capa

Grafite de Mundano

Foto de Off limits br



Apresentação

Suas partes têm propriedades medicinais - da casca à seiva, das folhas aos nutritivos frutos - e seu tronco é extremamente resistente, até mesmo a agentes decompositores. Utilizado por povos indígenas latino-americanos de diversas formas, inclusive em cerimônias sagradas, presente sobretudo na Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, e Pantanal, o Jatobá está sob ameaça de extinção. Sofre da combinação perversa da exploração de sua madeira com a diminuição da fauna responsável pela dispersão de suas sementes. Um exemplo do que a ação humana sob o capitalismo tem significado: alienação da natureza e desequilíbrios socioambientais profundos. O Jatobá é também símbolo de resistência e, para nós, um convite à reflexão e à ação. É nesse sentido que emprestamos seu nome a esta revista, a qual nasce com o objetivo de ser um ponto de encontro para um debate urgente.

A urgência do tema socioambiental não é novidade, mas ainda assim a maior parte da sociedade não o encara com a necessária seriedade - um negacionismo perigoso, pactuado em silêncio entre variados setores, inclusive à esquerda. Apesar do esforço de diversas pessoas e movimentos no sentido contrário, a inação é alimentada pela enxurrada de conferências e palavras vazias sobre o assunto, as múltiplas armadilhas de falsas soluções verdes e os sequestros cada vez mais frequentes desses debates e terminologias por forças neoliberais, cujos motores, sabemos, são exatamente a raiz do problema.

Ignoram-se os alertas e saberes dos povos indígenas e os inúmeros relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)

tampouco parecem ser suficientes, excetua-se a ocorrência cada vez maior e mais intensa de eventos extremos, e a repercussão midiática parece apenas banalizar o número crescente de pessoas sofrendo os efeitos múltiplos das mudanças climáticas. O fato de que as maiores vítimas desses efeitos são aqueles que menos contribuem com as emissões de gases de efeito estufa sublinha a necessidade de superar o modelo capitalista, que é tanto gerador do desequilíbrio planetário quanto da desigualdade social em nível nacional e internacional.

Nesse sentido, o debate socioambiental deve ser aterrizado o mais próximo possível da classe trabalhadora: é sobre comida na mesa, é sobre casa não alagada, é sobre poder estar vivo e viver bem. Como a maioria da população brasileira vive nas cidades, não é fortuita a escolha do recorte temático desta edição de estreia. É urgente explicitar a conexão entre a Amazônia em chamas e os desafios cada vez mais acentuados da vida urbana, entre a lama que assolou Mariana e Brumadinho e aquela que afeta a vida de milhares de pessoas durante fortes chuvas, anualmente, em cidades de diversos estados do país. As imagens da capa e quarta capa desta edição materializam essa conexão: os grafites de Mundano em edifícios da maior capital do Brasil foram feitos com lama proveniente dos crimes da Vale e com cinzas das queimadas na Amazônia.

A primeira edição da Jatobá traz formulações de conceitos fundamentais à discussão socioambiental; colunas que se aprofundam sobre a relação entre as cidades e a crise climática, bem como a relação dos povos indígenas

com esse debate; além de entrevistas com o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, e o Movimento dos Atingidos por Barragem; uma resenha de um clássico do pensamento ecossocialista; a íntegra da síntese da I Conferência da Amazônia do PSOL; e indicações culturais. Com periodicidade trimestral e com perspectiva popular e multidisciplinar, a revista é uma iniciativa da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco para promover reflexões, para dentro e para fora do PSOL, sobre questões socioambientais urgentes e, acima de tudo, sobre as formas de resistência em curso e os caminhos necessários para garantirmos um futuro justo e viável.

Natália Szermeta

Presidenta da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

CONSELHO JATOBÁ



- **Apib** - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (1)
- **Conaq** - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (2)
- **MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens (3)
- **MPA** - Movimento dos Pequenos Agricultores (4)
- **MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (5)
- **MTST** - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (6)
- **Alexandre A. Costa** - professor titular da Universidade Estadual do Ceará, PhD em Ciências Atmosféricas e colaborador do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. É autor do blog "O que você faria se soubesse o que eu sei" (7)
- **Célia Xakriabá** - deputada federal pelo PSOL/MG, presidente da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados e primeira indígena doutoranda em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (8)
- **Claudia Horn** - socióloga e pós-doutoranda em Crises Climáticas, Riscos e Respostas na Universidade Brandeis (EUA). Realizou seu doutorado na London School of Economics

and Political Science sobre a Amazônia e o capitalismo verde (9)

- **Cris Faustino** - assistente social, feminista negra ambientalista e militante de direitos humanos. É presidenta da Justiça Global-RJ e integra a Coordenação do Instituto Terramar e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (10)
- **Daniel Aldana Cohen** - professor assistente da Universidade da Califórnia (Berkeley) onde é diretor do Socio-Spatial Climate Collaborative e co-diretor do Climate and Community Project. É co-autor de "Um Planeta a Conquistar: a Urgência de um Green New Deal" (11)
- **Gabriela Gaia** - professora e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. É conselheira da Casa Sueli Carneiro, integrante do Grupo de Pesquisa Lugar Comum e coordenadora do Grupo de Estudos Corpo, Discurso e Território (12)
- **Jurandir de Novaes** - professora na Universidade Federal do Pará e da Universidade Estadual do Maranhão. É doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (13)

▪ **Luiz Arnaldo Campos** - coordenador de Relações Internacionais da Prefeitura de Belém. Cofundador e membro do comitê internacional do Fórum Social Panamazônico, e co-organizador da Assembleia dos Povos da Terra pela Amazônia (14)

- **Marquito** - deputado estadual (PSOL) em Santa Catarina com Mandato Agroecológico. Foi vereador de Florianópolis durante seis anos (15)
- **Maureen Santos** - cientista política e ecologista. Coordena o Grupo Nacional de Assessoria da ONG Fase, é professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e coordenadora da Plataforma Socioambiental do Brics Policy Center (16)
- **Michael Löwy** - sociólogo, diretor emérito de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique, na França. Um dos grandes pensadores do marxismo e do ecossocialismo (17)
- **Sabrina Fernandes** - socióloga e pós-doutoranda do Centro Avançado de Estudos Latino-americanos no México. É conselheira sênior de pesquisa do Instituto Alameda e membro do comitê dirigente da Rede Ecosocialista Global (18)



CRISE CLIMÁTICA

A queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa estão promovendo uma alteração extremamente perigosa no equilíbrio energético do planeta, nos aproximando de uma elevação média de temperatura perigosa



Alexandre A. Costa

Professor Titular da Universidade Estadual do Ceará, PhD em Ciências Atmosféricas, colaborador do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, Assessor voluntário do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social e autor do blog "O Que Você Faria se Soubesse o Que Eu Sei".



A civilização humana como a conhecemos é filha de um clima particularmente estável, que emergiu há pouco mais de onze mil anos com o encerramento da última glaciação (ou era do gelo). Foi a regularidade da chuva, das estações, o comportamento cíclico de plantas e animais, enfim, a previsibilidade do comportamento da natureza que permitiu que nossa espécie se estabelecesse em assentamentos fixos, que promovesse domesticação de espécies vegetais e animais e desenvolvesse a agricultura e a pecuária. Daí, vieram as cidades, as civilizações, as sucessivas revoluções industriais, até chegarmos no mundo capitalista globalizado de agora.

Esse caminho transformou os indivíduos da espécie *Homo sapiens* de caçadores-coletores – que demandavam tão somente 2.000 kcal (quilocalorias) diárias para viver – em violentos predadores de energia, capazes de devorar, em países ricos como os EUA, uma média de quase 200.000 kcal por dia. Isso aconte-

ce porque, além de consumirmos alimentos, mantemos um gigantesco aparato de indústrias, máquinas, equipamentos, meios de transporte etc., todos demandando uma quantidade formidável de energia.

A mudança na escala de produção de bens e, portanto, na demanda de energia, especialmente a partir da Primeira Revolução Industrial e, mais acentuadamente, com a Grande Aceleração, só foi viabilizada graças à abundância e flexibilidade de um tipo particular de fonte de energia: os combustíveis fósseis. Restos de organismos vivos, geologicamente processados, constituem o carvão, o petróleo e o gás. Mesmo tendo sido usados em escala gigantesca, a quantidade desses materiais nas jazidas é impressionante. O fácil acesso e uso desses combustíveis parecia representar um milagre.

O capitalismo dificilmente teria avançado até o estágio atual se não fosse montado sobre o gigantesco estoque de energia química dos combustíveis fósseis. Mas a máquina capitalista é eminentemente predatória



Manifestação em São Paulo em defesa da Amazônia e contra queimadas recorde em agosto de 2019

e perdulária. Ampliação do consumo, obsolescência programada, produção artificial de necessidades, artigos de luxo, itens descartáveis, indústria militar, indústria de propaganda etc., são apenas alguns dos exemplos de como o crescimento exponencial da demanda de energia se encontra visceralmente ligado à expansão econômica do capital.

O principal subproduto da queima do carvão, petróleo e gás é o dióxido de carbono (CO₂), um gás de efeito estufa, ou seja, capaz de absorver o calor irradiado pela superfície da Terra, impedindo que ele vá integralmente para o espaço. Uma determinada concentração desse gás contribui para evitar que a Terra seja uma esfera gélida e possivelmente sem vida, vagando no cosmos, no entanto, uma quantidade maior pode aquecer perigosamente o planeta.

Hoje, a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e a emissão de outros gases (como o metano da pecuária e o óxido nitroso) estão promovendo uma alteração extremamente perigosa no delicado equilíbrio

energético do planeta. Atualmente, a cada ano, são lançados mais de 40 bilhões de toneladas só de CO₂ na atmosfera da Terra, transformada em lata de lixo do capitalismo fóssil. Esse gás tem se acumulado a uma taxa muito acelerada e sua concentração já é cerca de 50% maior do que no período pré-industrial. Nessas condições, o efeito não poderia ser outro senão o aquecimento em escala planetária: o mundo está se aproximando perigosamente da marca de uma elevação média de temperatura de 1,5°C.

Mas a alteração no clima está longe de se limitar a um aumento da temperatura média planetária. Todas as evidências científicas apontam para um clima com mais eventos extremos: tempestades severas, ondas de calor mortíferas, secas excepcionais, incêndios florestais devastadores. A multiplicação crescente desses eventos é um efeito esperado a cada décimo de grau que o planeta aqueça, com impactos de cada vez maior severidade para os humanos. Assim, é preciso que se diga com todas as letras: se a temperatura da Terra se elevar muito,

vastas porções do planeta se tornarão inabitáveis e a civilização humana não terá como se manter.

Mas esses impactos, assim como as responsabilidades pelo problema, não se distribuem por igual. Enquanto executivos-chefes das corporações petroquímicas contabilizam os bilhões de dólares movimentados por essas empresas, ondas de calor matam principalmente idosos e crianças, e afetam trabalhadores e trabalhadoras na agricultura, na pesca etc. Historicamente, países ricos como EUA, Inglaterra, Alemanha e Japão, acumularam riqueza às custas de emissões gigantescas de CO₂, enquanto países mais pobres, sem base industrial nem agricultura intensiva, estão pagando o ônus da fúria do clima. Enquanto uma pessoa entre os 10% mais ricos nos EUA emite 50 toneladas de CO₂, a média de emissões de habitantes dos paí-



ses mais pobres fica entre 100 e 1000 vezes abaixo desse valor.

Num mundo assolado por desigualdade e extremos climáticos, a multiplicação de refugiados climáticos nos países mais pobres e comunidades mais vulneráveis é quase certa. Enfrentar as causas do aquecimento global e socorrer as pessoas impactadas é a urgência que se impõe, justamente o oposto da perigosa e repugnante mistura de xenofobia/racismo e negacionismo climático que a extrema-direita apregoa. Além da ligação intrínseca entre a exploração capitalista do trabalho e da natureza com o colapso ecológico, outras formas de opressão também se relacionam com esse fenômeno: a desigualdade nos impactos não ocorre apenas por classe ou nacionalidade, mas também por grupo étnico-racial e gênero.

Nesse sentido, não surpreende que os setores mais duros do capital (representados em figuras torpes como Trump e Bolsonaro) apostem no ataque violento à ciência, na sabotagem

dos acordos climáticos e no negacionismo. Há, inclusive, fortes indícios de que a indústria petroquímica sabia de todo o estrago planetário que promovia há várias décadas. Nos EUA, por exemplo, o Instituto Americano de Petróleo e a Exxon optaram conscientemente pelo caos planetário para não diminuir seus lucros.

A economia capitalista e o modo de vida a ela associado são simplesmente viciados nos combustíveis fósseis e nas consequentes emissões de CO₂, que seguem crescendo após terem oscilado para baixo em função da pandemia. Além disso, mecanismos de mercado, como os “créditos de carbono” foram tragados pelas fraudes, pela especulação e pelo imediatismo do capital financeiro em busca de retorno a seus investimentos. É urgente, portanto, que mudanças no sistema produtivo-destrutivo capitalista sejam operadas, preservando as massas trabalhadoras ligadas a setores mais devastadores – mineração, petróleo, indústria do plástico, agrotóxicos etc. – na mudança de atividade laboral. O ônus da dívida climática precisa recair sobre as corporações, os países e indivíduos ricos. Ecosocialismo é o nome que damos ao novo paradigma de sociedade que precisa emergir contra a barbárie capitalista e o caos climático. O termo em si é uma questão menor diante da urgência da essência aqui reivindicada: uma nova sociedade de pessoas livres e em harmonia com a natureza, seus fluxos e ciclos. ●



Utilizado ao redor do mundo, o slogan “Não existe planeta B” alerta para a urgência da ação sobre a crise climática



© Souza Santos Jorjas/Micra Ninja

TRANSIÇÃO JUSTA

Não se pode falar em transição justa sem se considerar relações trabalhistas e a geopolítica internacional. É preciso desenvolver uma estratégia anticapitalista para prevenir falsas soluções verdes e o acirramento de desigualdades

Sabrina Fernandes

é socióloga e pós-doutoranda do Centro Avançado de Estudos Latino-americanos (CALAS) no México, onde pesquisa transições justas e antropoceno. É conselheira sênior de pesquisa do Instituto Alameda e membro do comitê dirigente da Rede Ecosocialista Global.



O termo “transição justa” se popularizou nos últimos anos e surge, principalmente, como resposta a visões predominantes que normalmente não consideram as desigualdades de capacidade e responsabilidade no debate sobre quais mudanças e ajustes devem ser feitos diante da crise climática. De fato, a discussão sobre transição justa já ocorre há cerca de três décadas, mas podemos afirmar que é a partir da sua inclusão nos Acordos de Paris, em 2015, que o termo passa a ser usado com muito mais frequência e por mais atores sociais – sejam eles sindicatos, movimentos sociais ou até mesmo empresas e instituições financeiras. Por isso, precisamos definir melhor o que queremos dizer por transição justa para poder diferenciar entre as versões apresentadas em negociações e modelos de transição e, assim, evitar as armadilhas discursivas criadas pelo uso de “transição justa” por defensores do capitalismo verde.

Primeiro, é importante enfatizar a questão de justiça ambiental e que ela informa o pano de fundo do





É preciso reconhecer que a responsabilidade histórica dos países mais desenvolvidos também se traduz em dívida histórica

debate de transições. Quanto mais certas indústrias e setores produtivos passaram a ser identificados por danos ambientais, mais sindicatos e movimentos sentiram a necessidade de articular a pressão por mudanças e regulamentações com a garantia de empregos, melhorias em segurança e saúde, além de negociação com comunidades impactadas. Como estratégia trabalhista, a discussão de transição justa é carregada por sindicatos globais para a pauta climática e se expande para uma discussão que envolve as disparidades entre Norte e Sul Global, entre nações empobrecidas e países ricos e desenvolvidos, e claro, também para as contestações sobre capitalismo e seu papel na reprodução da emergência do clima.

No contexto de empregos, falar de transição justa numa perspectiva de classe – buscando diminuir desigualdades e aumentar as proteções trabalhistas – é ir além de preço e salário. Atualmente, é comum que empresas falem de transição justa nos seus setores considerando a precificação do produto que oferecem – por exemplo, energia renovável – sem considerar o mercado geral de empregos e como trabalhadores circulam nas indústrias que precisam diminuir (decrecer) e nos setores que emergem e se potencializam na transição.

Não por acaso, são crescentes os esforços sindicais para que a transição justa de empregos nos combustíveis fósseis, grande responsável por emissões que causam a mudança climática, envolva o deslocamento dos trabalhadores para outros setores, treinamento adequado, novas formações e até mesmo discussões amplas sobre garantia de empregos e o vínculo de investimentos estatais com a criação dos chamados “empregos verdes”. Organizações sindicais nacionais e internacionais costumam

se somar a esses esforços facilitando o debate de transição dentro das associações de classe para que haja diálogo e influência suficiente dos trabalhadores no processo. Afinal, para que o aspecto empregatício da transição seja realmente justo, a participação dos trabalhadores envolvidos se torna essencial. Além disso, há campanhas pela criação de novos empregos em setores estratégicos da transição – muitos focados na área de energia ou de transportes – que, sabemos, cumprirão um papel importante, mas precisam ser também empregos de qualidade e que escapem à precarização que acompanha o mundo do trabalho hoje.

No plano internacionalista e geopolítico, o debate de transição justa ganha contornos sobre responsabilidade e impacto no nível nação-estado. Historicamente, as emissões de gases de efeito estufa se concentraram nos países mais ricos e desenvolvidos: juntos, os Estados Unidos, as potências da União Europeia e a Grã-Bretanha contribuíram com cerca de metade do total dessas emissões desde a Revolução Industrial. A China tem apresentado crescimento em suas emissões nos últimos anos, mas cumulativamente ainda se encontra atrás, com cerca de 11% das emissões globais entre 1850-2020¹. Enquanto isso, a América Latina como um todo contribuiu com apenas 6% durante todo esse período.

Isso indica uma forte disparidade no que diz respeito à responsabilidade histórica pelas emissões que causam o aquecimento global e acentuam os diversos efeitos da mudança climática. Essa disparidade é observada nesses efeitos, que são também profundamente desiguais. As terríveis inundações no Paquistão em 2022 impactaram cerca de 33 milhões de pessoas no país. O desastre é relacionado à mudança climática

e o Paquistão contribui diretamente com menos de 1% das emissões totais enquanto figura entre os dez países mais vulneráveis aos impactos da emergência climática².

Uma transição justa não pode, portanto, ignorar a profunda injustiça climática e as desigualdades globais. Para que países menos desenvolvidos e mais vulneráveis possam fazer sua transição, é preciso reconhecer que a responsabilidade histórica dos países mais desenvolvidos também se traduz como dívida histórica. Países mais ricos também serão impactados, mas as vulnerabilidades nacionais podem ser amenizadas por seus próprios esforços de transição. O problema se acentua quando recursos – financeiros e materiais – necessários para essa transição seguem concentrados nesses países, deixando o resto do mundo à deriva.

Transição justa significa, portanto, reconhecer que se há uma dívida, ela deve ser compensada nas devidas proporções. Por isso, países do Sul Global mobilizam discussões sobre mecanismos de financiamento para suas transições e sobre um sistema que diferencie as metas de redução de emissões para que os

países que mais contribuíram na história reduzam mais rapidamente que aqueles que precisam de mais tempo para se reestruturar para mitigar. Importante destacar que essa diferenciação não pode ser usada como desculpa para que países periféricos insistam em modelos de desenvolvimento atrasados e poluentes. Por isso mesmo, é essencial tratar da transição justa como um modelo que envolve compromisso genuíno de todas as partes, sendo a presença de ferramentas de reparação colonial e o cancelamento de dívidas externas bons incentivos para conciliar medidas econômicas e iniciativas essenciais de transição.

Se o sistema capitalista e a herança neocolonial prejudicam esforços de transição, nossa noção de transição justa deve considerar também um horizonte mais radical: para que os esforços trabalhistas e de reparação internacionalista surtam efeito, é preciso mobilizar a transição justa em um horizonte anticapitalista. Ao mesmo tempo, a crise ecológica apresenta um conjunto de problemas que exige soluções de curto, médio e longo prazo, sendo necessário, é claro, que nas negociações

do clima já se estipulem mudanças e tecnologias viáveis sob o capitalismo, as quais precisam ser mobilizadas desde já por conta de nossa corrida contra o tempo.

Não se deve supor, no entanto, a possibilidade de uma transição justa plena para o clima completamente sob o capitalismo, cujo funcionamento implica a lógica de acumulação infinita e a falsa conciliação entre capital e natureza. Por mais que elementos da transição energética possam ser realizados no presente, esforços por uma transição justa devem ser combinados a uma estratégia anticapitalista mais ampla para realmente prevenir a tomada de falsas soluções ou o acirramento de desigualdades globais previstas em modelos de capitalismo verde que pregam transição em algumas sociedades ao custo de extrativismo intenso, contaminação e exaustão de recursos em outros locais.

Em um horizonte de transições múltiplas, passando pelas camadas da energia e do carbono, do clima, dos demais gases de efeito estufa e da ecologia em geral, entendemos então que as ações de transição justa devem começar hoje, mas a justiça não se encontra apenas no método de ação. Justiça socioecológica que realmente permite romper com as causas da crise que enfrentamos só poderá ser concretizada em uma sociedade pós-capitalista. Assim, perguntamos: se é uma transição, é transição do quê para o quê? Na escolha entre ecossocialismo ou extinção, uma transição verdadeiramente justa demanda ares ecossocialistas se quisermos evitar a barbárie. ●

A luta contra a privatização da Petrobras é fundamental para garantir uma transição justa e soberana



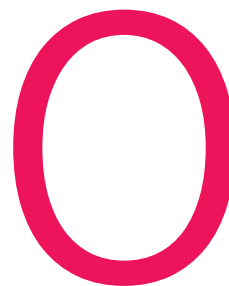
AS CIDADES E O RACISMO AMBIENTAL: entre a destruição e a luta

Cris Faustino

Assistente social, feminista negra, ambientalista e militante de direitos humanos. Integra a Coordenação do Instituto Terra-mar, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental e é presidenta da Justiça Global-RJ.



O racismo no Brasil é um sistema de opressão, controle e dominação que resulta também em injustiças nas formas de se relacionar e impactar a natureza, afetando os territórios e pessoas do campo e da cidade



s modelos urbanos industriais e seus modos de viver estão situados no imaginário social como referência e ideal de desenvolvimento, “evolução” e finalidade das sociedades modernas, por

muitas razões, associadas à ideia de liberdade. Altamente tecnológicas, as metrópoles e seus valores expansionistas em território e cultura, se sobrepõem às diversidades culturais e aos ecossistemas Brasil adentro

Em fevereiro de 2023, fortes chuvas em São Sebastião (SP) resultaram na morte de 64 pessoas e na condenação de centenas de casas

e são sobrepostas Brasil afora pela geopolítica mundial e suas desigualdades. Entretanto, a “evolução” tecnológica, os ideais e práticas de liberdade reivindicados pelos centros urbanos estão atravessados por incriveis marcos do patriarcado racista colonial, fundante do país. Basta ver as estatísticas do feminicídio e do transfeminicídio, da violência e do abuso sexual, do extermínio e encarceramento das pessoas negras, da intolerância religiosa, dos Índices de Desenvolvimento Humano, dos déficits de moradia, saúde, saneamento.

Como parte dos problemas ambientais do nosso tempo, os modelos urbanos industriais expansionistas cumprem papel relevante no colapso dos ecossistemas, exemplos disso são a dependência dos combustíveis fósseis, a impermeabilização do solo urbano, o uso predatório dos corpos d’água e o desmatamento de florestas ou do que delas resta nas áreas urbanizadas e urbanizáveis. Some-se a isso as crescentes demandas por água potável, energia e minério, sobre muitos aspectos legitimando a exploração e expropriação da terra e dos territórios rurais camponeses. Aqui, vale perguntar se, apesar das lições sobre meio ambiente nas escolas, nas instituições públicas e nas mídias, existe uma certa “indiferença ambiental” do “cidadão urbano”. Quais as preocupações que as populações urbanas têm em relação à água que cai ou não cai em suas torneiras? À eletricidade que chega ou não chega em suas habitações (para quem vive numa habitação)? Em que medida a luta pela sobrevivência retira de cena a importância socioambiental? Será que a população urbana reflete sobre o aumento da temperatura, as pandemias, as mudanças dos ciclos das chuvas e as relações com a destruição dos ecossistemas?

Por muitas razões, seria injusto e leviano afirmar que todas as pessoas que moram em territórios urbanos são alienadas da importância dos ciclos ecológicos em si ou para garantia de suas próprias vidas, basta ver as lutas dos coletivos e movimentos ambientalistas pela conservação e proteção ambiental e toda a história e agenda dos movimentos populares urbanos pelo direito à cidade. Por outro lado, há uma corrida dos ricos para dominar o que a natureza tem de belo e confortável, por exemplo, nas cidades litorâneas e serranas. Contudo, ao observar os processos de urbanização, impostos por uma lógica de poder especulativo, patrimonialista, privatista e antiambientalista, cuja operacionalização mercadológica tem raízes na herança colonial do latifúndio, dá para ver um processo de “desvín-culo” individual e comunitário com os outros entes da natureza.

Fato é que a naturalização com que os poderes públicos, os setores privados e o senso comum lidam com a contaminação e morte dos rios e corpos d’água urbanizadas na violência do concreto e dos dejetos sobre si e com o desmatamento e a privatização de regiões cuja presença de ecossistemas naturais lhes confere valor de mercado, se estende à naturalização da precarização, expulsão, criminalização e violência contra comunidades que ocupam as áreas de risco, que são vitimadas nas enchentes, deslizamentos e outras tragédias socioambientais que, de vez em quando, inundam os noticiários.

A leitura ambiental sob a ótica do

conceito de racismo ambiental é uma escolha por aprofundar os entendimentos e consequências práticas, sobre como o racismo cotidiano, que marca a vida social no Brasil, influencia a realidade do meio ambiente. Tal leitura tem sido um importante exercício de um campo que podemos chamar, de forma “ligeira” e sem pretensão de enquadramento conceitual, de “ambientalismo popular antirracista”. Aqui, o racismo se reflete e/ou repercute nas várias dimensões da vida, entre elas a dimensão ambiental e ecológica, a qual podemos abordar sob diversos aspectos, separados ou em conjunto: físicos, filosóficos, práticos, místicos etc. Se reconhece que a degradação ambiental,

suas causas e consequências, estão marcadas pelo racismo, cujo desenraizamento e superação são necessários para se enfrentar as incontáveis injustiças que atravessam as ações destruidoras dos ecossistemas, das condições e da

diversidade dos modos de vida.

Demarque-se também a urgência de um ambientalismo que compreenda e atue na radical transformação das injustiças ambientais concretizadas nas desigualdades de poderes de decidir sobre as formas de usos e ocupação dos territórios, usufruto e relações com os ecossistemas e os ciclos ecológicos; e na desproporcionalidade dos custos da degradação socioambiental entre os diferentes grupos sociais, prejudicando em demasia aqueles historicamente vulnerabilizados na história e na democracia brasileiras. Na história racial do Brasil e da América Latina, esses grupos estão muito bem demarcados, são os povos originários

A degradação ambiental, suas causas e consequências estão marcadas pelo racismo

e populações negras ou afrodescendentes, e todos os sujeitos sociais pertencentes a esses “eles”, como as mulheres, a população LGBTQIAP+, os grupos geracionais, as pessoas com deficiência, entre outros.

Nisso, um parêntese: considerando o marco da colonização europeia sobre os territórios e povos do Sul Global e suas complexas consequências econômicas, políticas, culturais e sociais nas colônias, poderíamos discutir de forma, talvez, infinita, as injustiças e desigualdades que embasam as incontáveis lutas históricas por transformação e marcaram a formação dos territórios e territorialidades mais ou menos miscigenadas mediante o “marco zero” da exploração e violência sexual colonial, sobretudo, contra as meninas e mulheres originárias,

Existir exige corpos, terra, água, ar e mística, e tudo isso não está apartado dos ciclos ecológicos

negras africanas, e suas descendentes. Mas, nos limites desse texto, é suficiente ter em conta que o racismo no Brasil é um sistema de opressão, controle e dominação dos brancos (estejam

eles, cientes ou não) que hegemonizam o poder econômico, político, cultural, religioso, militar e jurídico sobre os outros grupos racializados e marcam de forma decisiva, desde o século XV, a produção e distribuição do poder e da riqueza, do conforto, da violência e da escassez.

Disso resultam injustiças nas formas de se relacionar e impactar a natureza, as quais afetam os territórios e gentes do campo e da cidade a seu modo, tendo em vista as especificidades de suas histórias e relações, mas se configuram como partes de uma mesma lógica histórica que é, ao mes-

Milhares de pessoas tomaram as ruas de Belém na abertura do X Fórum Social Pan-amazônico em 2022

mo tempo, concentradora do poder e da riqueza, produtora e distribuidora de pobreza, mediante incontáveis violências que vão da expropriação e exploração ao descarte e ao genocídio. A lógica da subordinação, superexploração e mercantilização da natureza, herdada das economias escravagistas, contém em si própria a racialização dos não brancos, excluindo ou rebaixando a sua humanidade, explorando, violando e exterminando seus corpos e modos de vida num terrível pacto social que gera, naturaliza e criminaliza as ausências e os sofrimentos.

Assim, se o campesinato negro, indígena e quilombola vem sendo terrivelmente afetado pelo agronegócio, a mineração, a indústria de energia, entre outros modelos de usos e ocupação predatórios do território, nos contextos urbanos são as comunidades periféricas de maioria negra que enfrentam em seu cotidiano as maiores e mais graves ausências de políticas socioambientais e destruição dos ecossistemas. São essas comunidades e pessoas que são despejadas e humilhadas na gentrificação ou higienização para que em seu território sejam implementadas as grandes obras públicas e privadas. São essas comunidades que enfrentam, convivem e gerenciam as catástrofes climáticas e tragédias como a escassez de água e as iniquidades nas políticas de saúde e saneamento, os déficits habitacionais e os riscos de viver.

Também não é novidade o fato de que sobre as mulheres pobres e negras recaem os mais cruéis efeitos:



chefes de famílias com baixa renda, gerentes da economia doméstica da escassez, demandante das políticas públicas, muito mais para os outros que para si, pilares da “gestão” do afeto e do cuidado. Responsabilizadas pelas consequências diárias, essas mulheres correm atrás da educação, da saúde física e mental, da segurança pública, e lutam contra as violências e os maus-tratos, enfim, uma lista infinita de questões que os movimentos de mulheres negras vêm expondo de forma contundente em seus trabalhos políticos.

É também na produção e reprodução do racismo cotidiano que os territórios da brancura e seus espaços de domínio nos contextos urbanos são considerados dignos de segurança jurídica, patrimonial, territorial e de acesso às melhores políticas e oportunidades que o Estado pode oferecer. Saneamento, transporte e mobilidade, iluminação, segurança pública, arte e cultura e outras demandas da chamada cidadania se transformam em privilégios na concepção da cidade, no planejamento urbano e na

distribuição orçamentária. Já os territórios e os corpos negros e indígenas ou que desses descendem, formam a imensa maioria que experimenta as ausências mais básicas de condições de vida: não têm acesso à justiça, são destituídos de patrimônio, vivem de forma tensa a insegurança territorial, e é a eles que se destinam as piores e mais precárias políticas. É também nesses territórios e contra esses corpos que a presença do Estado se dá pela força da violência institucional, da negociação coercitiva e injusta e pela naturalização das iniquidades em face dos privilégios políticos e econômicos dos ricos.

Tais privilégios alcançam, não por coincidência, as minorias brancas, super quando não exclusivamente representadas nas instituições democráticas, nos poderes executivos, legislativos, judiciários, nos setores midiáticos, nas universidades, nos quadros técnicos e científicos das políticas econômicas, de planejamento e orçamento. Nas políticas ambientais e na própria definição do que são os riscos e impactos ambientais,

assim como formas mais legítimas de usos e ocupações da terra urbana, são os pontos de vista e as necessidades dessa minoria branca que prevalecem, muitas vezes sendo elas próprias as que dominam a política, a economia, a justiça e o uso da força, naturalizando a precarização da vida e dos destinos dos demais grupos sociais que fazem a cidade.

Um olhar a partir do racismo ambiental nos mostra que os despejos e o massacre da população negra nas periferias urbanas estão para o ecocídio e o genocídio dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, assim como as grandes obras de infraestrutura urbana e implementação de empreendimentos imobiliários estão para a mineração e o agronegócio. Se há o poder e o fetiche do agrobóio de um lado, de outro, as classes médias e ricas, protegidas, ocupam, comercializam e ganham com os maiores lotes e usufruem das melhores políticas urbanas. Enquanto juventudes são desterritorializadas e vulnerabilizadas pela destruição de territórios ancestrais, juventudes urbanas são

interrompidas pela violência e a criminalidade, pela exploração de seus corpos e mão de obra, pelas baixas perspectivas de estabilidade financeira e garantias futuras.

Da mesma forma, a homogeneização pela imposição da lógica urbano-industrial, sobre os territórios camponeses e tradicionais cada vez mais promove os “encontros” e as sinergias dos danos sociais produzidos pela degradação ambiental, assemelhando de forma trágica os destinos dos territórios ao sobrepor à diversidade sociocultural, a lógica da escassez, da violência, da criminalização, da morte e do encarceramento. Porém, os desprivilegiados nessas lógicas de dominação são plenamente humanos em diversidade e, como tal, não têm como meta a morte antes do tempo nem tampouco a subordinação. Assim, a resistência também tem uma história fortíssima que, mesmo sob constante mira, continua nas rebeliões dos discursos, da estética dos corpos, da gramática, das artes, das

culturas, na amplificação dos gritos de denúncias, mas também na beleza. Na dinâmica da vida, o encontro de resistências urbanas e camponesas pode ser, será e é uma poderosa força de enfrentamento justo ao colapso do planeta a partir do enfrentamento radical às suas raízes e às consequências desiguais desse processo.

A luta pelo direito à cidade é também pelo direito de existir, e existir exige corpos, terra, água, ar e mística, e tudo isso, como nos ensinam os povos indígenas e as comunidades de terreiro, não está apartado dos ciclos ecológicos. Discutir água, energia, alimento, moradia, mobilidade, saúde, saneamento e segurança pública, direito de crença e culto, diversidade sexual e de gênero, implica em problematizar os modelos degradadores dos ecossistemas e da sociobiodiversidade que ameaçam a vida de todas as pessoas.

A luta contra o racismo ambiental potencializa as forças sociais, políticas e ancestrais, criadoras e herdeiras dos esforços para “adiar o fim do mundo”, como diria Ailton Krenak, começando pelo adiamento da morte de si e dos seus. Há que valorizar e orientar os afetos às aprendizagens construídas e adquiridas desde os espaços e lutas populares, seja na escrita, na oralidade e nas mais diversas expressões trazidas nos corpos que se posicionam em defesa dos ecossistemas e dos direitos dos povos, populações e comunidades presentes na imensa diversidade sociocultural e ambiental no Brasil e no mundo. ●

Morador de São Sebastião (SP) retira lama de sua casa após desastre decorrente de chuvas fortes em fevereiro de 2023





Deslizamento de terra em Rodeio (SC) em janeiro de 2023

DESASTRES (NÃO) NATURAIS NAS CIDADES

Eventos extremos sempre existiram, mas o aquecimento global aumenta sua probabilidade de ocorrência: se comparados com o período pré-industrial, constata-se que já estão mais frequentes e mais intensos

D

esastres não são acontecimentos naturais e inevitáveis. Mesmo quando chamados de “naturais”, esses eventos têm suas intensidades determinadas mais pelo grau de vulnerabilidade do sistema

principal causa de desastres no Brasil nos últimos anos. Nesses casos, o estrago pode ocorrer tanto devido ao próprio potencial destrutivo das tempestades sobre estruturas, quanto pelo que decorre delas, como enxurradas, alagamentos, inundações e deslizamentos de terra. Nossas cidades tampouco estão preparadas para suportar tornados, vendavais, *downbursts* e outros fenômenos meteorológicos intensos, cuja frequência e poder destrutivo aumentam à medida que o aquecimento global se intensifica.

Como sabemos há muito tempo, a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera altera o balanço de energia da Terra, ou seja, o quanto de energia entra e sai do planeta. Com o aumento da temperatura planetária, aumentam também os eventos extremos relacionados ao calor, mas não só: a retenção de vapor d’água pela atmosfera se eleva, alterando o

Karina Lima

Doutoranda em Geografia na área de Climatologia, mestre em Geografia com ênfase em análise ambiental (UFRGS) e divulgadora científica comunicando sobre a emergência climática



receptor do que pela magnitude do fenômeno natural que o deflagrou. Ou seja: a combinação de fenômenos meteorológicos ou climáticos severos com vulnerabilidades locais é a receita para situações com mais danos humanos, materiais e/ou ambientais. O caso das áreas urbanas do Brasil não é diferente, sendo determinante a qualidade da infraestrutura: potencial fator “vulnerabilidade” da equação que resulta no desastre.

Tempestades e elevados índices pluviométricos são apontados como a

ciclo hidrológico e, portanto, os eventos relacionados à chuva e à falta dela. Temperaturas mais altas também intensificam o efeito das secas e a alteração térmica da superfície dos mares causa mudanças nos padrões de circulação atmosférica. Nesse contexto, muitas regiões do globo já observam períodos maiores sem chuva para depois sofrerem com chuvas extremas e concentradas, com risco maior de desastres.

Assim, por mais que eventos extremos sempre tenham existido, o aquecimento global aumenta sua probabilidade de ocorrência. Se compararmos ao período pré-industrial, ou seja, antes da influência humana

no clima, podemos constatar que estes eventos já estão mais frequentes e mais intensos. No entanto, é bastante comum, que após algum desastre de grande repercussão surja o questionamento sobre a relação daquele fenômeno meteorológico/climático com as mudanças climáticas. De fato, não é possível afirmar categoricamente essa relação antes de um estudo de atribuição específico de cada caso, mas como já sabemos que as mudanças climáticas aumentam a chance de ocorrência e intensidade desses fenômenos severos, é razoável supor que eventos extremos ocorrendo com tanta frequência, de forma tão

Em 2019, Brumadinho (MG) foi devastada pelo colapso da barragem da Vale



cumulativa, inédita e em tão pouco tempo, estão sim relacionados às mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global.

Infelizmente, a tendência é de piora a cada décimo de grau a mais na média de aquecimento global, sendo impreterível, portanto, que as pessoas com poder de decisão tomem as atitudes urgentes e necessárias: eliminar combustíveis fósseis e fazer mudanças estruturais na sociedade. Como se já não fosse um desafio complexo, trata-se de uma emergência, visto que estamos 50 anos atrasados nessas ações, havendo uma janela de oportunidade de mitigação muito



© Ricardo Stuckert/Fotos Publicas

pequena. Para muitos especialistas, o cenário em que conseguimos limitar o aquecimento global a 1.5°C (meta do Acordo de Paris) já é inalcançável. Mas isso não pode ser um convite à inação.

Ainda podemos evitar muitos cenários que seriam totalmente catastróficos. Quanto mais tempo passa sem diminuição das emissões de gases do efeito estufa, maior será nossa necessidade de adaptação. O mais recente relatório do IPCC aponta para a luz no fim do túnel: as soluções para a maioria dos setores já existem e o que falta não é dinheiro, mas investimentos apropriados e que promessas já feitas por líderes mundiais sejam cumpridas. No nível local, precisamos diminuir nossas vulnerabilidades para que, quando da ocorrência de eventos severos, consigamos evitar ou reduzir os danos. Somente no estado do Rio Grande do Sul, entre 2011 e 2018, os prejuízos contabilizados por desastres hidrometeorológicos chegaram a 11 bilhões de reais (em valores corrigidos). Dados como esse nos fazem questionar o quanto de investimento é feito em prevenção.

As principais vítimas desses desastres são as populações já mais vulneráveis, que precisamente são as que menos contribuem para a crise climática, mas sofrem suas piores consequências: pretos, periféricos, pessoas com renda mais baixa, aquelas que não têm acesso a moradia segura e a infraestrutura urbana adequada, etc. O Brasil, com seu profundo racismo ambiental, precisa resolver questões de desi-

gualdade, distribuição de renda, saúde e acesso porque isso é essencial para a adaptação às mudanças do clima. O poder público precisa pensar a questão climática como

algo transversal, que perpassa todos os outros problemas da nossa sociedade.

Por mais que se façam estudos para soluções de engenharia aplicáveis a algumas áreas, o fato é que precisamos melhorar o sistema de drenagem das nossas cida-

As principais vítimas desses desastres são as populações mais vulneráveis, as que menos contribuem para a crise climática, mas sofrem suas piores consequências

des, que hoje não possuem capacidade de escoamento para chuvas contínuas e/ou extremas. É imperativo repensar as cidades com planos diretores adaptados às nossas novas necessidades. Do mesmo modo, é importante o investimento em pesquisa, em equipamentos, em treinamento e tudo o que possa contribuir para uma melhor previsibilidade e para um sistema de alertas mais eficaz. É necessária vontade política e investimento se quisermos algum grau de qualidade de vida para todas e todos nas próximas décadas.

Nossa janela de oportunidade está se fechando rapidamente e o relógio está contra nós nesta árdua tarefa de transição. Não devemos desanimar, pois ainda podemos salvar muitas vidas humanas e a biodiversidade que seriam perdidas em cenários de maior aquecimento. É necessário que toda a sociedade contribua na cobrança das ações e enfrentamento da indústria dos combustíveis fósseis para que ela não destrua completamente nossas chances de um futuro habitável. 🌍

EDMILSON RODRIGUES

Pedro Charbel

Editor-chefe da Jatobá



Eleito o deputado federal mais votado do Pará em 2018 pelo PSOL, o arquiteto Edmilson Rodrigues governa Belém pela terceira vez desde 2020. Nesta entrevista, fala das especificidades das cidades amazônicas e dos desafios que tem enfrentado governando a capital paraense, que sediará a Convenção da ONU sobre o Clima em 2025 – a COP 30.

Convicto do horizonte ecossocialista, tem desenvolvido novas políticas socioambientais e apoiado a realização de eventos sobre o tema, ampliando a participação social na gestão municipal.

Edmilson Rodrigues na marcha de abertura do X Fórum Social Panamazônico em Belém, em julho de 2022



© Bernardo Guerreiro

Pedro Charbel - O fato de que 70% da população da Amazônia Legal brasileira é urbana é geralmente negligenciado em debates públicos sobre a floresta e a crise climática. Quais as especificidades das formações urbanas nessa região? De que modo ribeirinhos, quilombolas e indígenas compõem o tecido urbano de Belém, cujo território é composto, em sua maioria, por ilhas fluviais?

Edmilson Rodrigues - Falar sobre a Amazônia é falar sobre ecossistemas, e há de se falar em ecossistemas urbanos na Amazônia. Essa pergunta é muito importante porque as pessoas falam muito da biodiversidade amazônica, e há que se falar da sociodiversidade: são muitos povos, muitas etnias. É importante que se diga que na formação de Belém, Manaus e outras cidades amazônicas, a presença dos povos originários é muito significativa. Tanto de pessoas que ainda mantém uma identidade étnica e cultural, muitas vezes com domínio da língua original, quanto de populações que têm uma ascendência indígena muito forte, havendo uma influência cultural e mesmo política das formas tradicionais de organização. A própria presença da mulher nas lutas é muito marcante e tem relação com a ancestralidade indígena e com as importantes culturas de comunidades trazidas de forma violenta para cá, traficadas de vários lugares da África.

O sistema urbano da Amazônia hoje é hegemônico. Nós temos grande parte da floresta devastada, mas ainda mais de 70% que resiste, de modo que a Amazônia continua sendo realmente a maior floresta tropical do planeta, e ela tem uma grande contribuição a dar para a humanidade. Fundamentalmente porque as culturas amazônicas podem contribuir para uma nova forma de visão de civilização. Nossos modos de pensar têm estado muito baseados na lógica da sociedade hegemônica atual e é muito comum que, mesmo nos debates de esquerda, a gente fique pensando sobre como resolver o problema da crise dentro do capitalismo. Isso é quase inevitável porque nós vivemos no capitalismo, mas não podemos perder o pé do rumo ao futuro que é a mudança estrutural necessária na perspectiva ecossocialista.

A Amazônia Legal já alcança hoje 30 milhões de habitantes nos sete Estados que a compõem. Manaus e Belém, as duas maiores regiões metropolitanas da Amazônia, têm mais de seis milhões de habitantes. Se a gente pensa que o Uruguai tem menos de quatro milhões de habitantes, então nós temos uma vez e meia mais gente que aquele país. A ideia de que a Amazônia seria uma terra sem gente, a ser ocupada por pessoas sem terra de outras regiões, veio do discurso da geopolítica militar, na estratégia de integrar para não entregar, quando, sabemos, havia toda uma política entreguista.

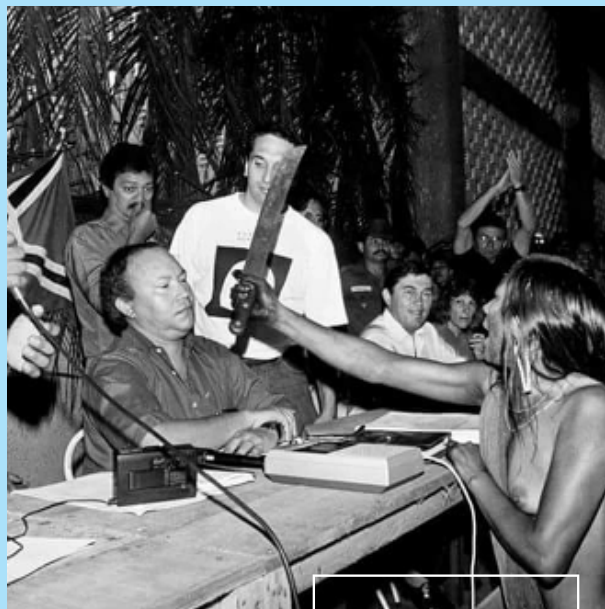
O papel que a ditadura militar deu à Amazônia foi de polo de desenvolvimento, consolidando as desigualdades inter-regionais: a Manaus coube ser Zona Franca. A manutenção dos empreendimentos industriais das montadoras, todas

estrangeiras, se dá a partir do esforço do povo brasileiro, sendo preciso pensar o futuro sem a Zona Franca ou Manaus estará condenada a viver uma crise profunda. No Pará, surgiram polos energéticos: a previsão de Belo Monte era ter sete barragens! Só a primeira foi construída porque houve muitas lutas, muita resistência. Nunca podemos esquecer do episódio de Tuíre Kayapó apontando o facão para o pescoço do diretor da Eletronorte! Isso adiou Belo Monte, mas infelizmente a usina foi construída no mandato de Lula.

E realmente as consequências foram e são drásticas. Hoje, Altamira está entre as cidades mais violentas do mundo porque houve uma explosão populacional sem que os serviços essenciais fossem compatíveis.

Manaus é uma cidade industrializada e, portanto, com fontes de recursos diferenciada de Belém. Belém é uma cidade muito, mas muito pobre. Eu vivo uma situação hoje de terceiro mandato, sou mais experiente, e depois de ter estudado mais a problemática urbana brasileira, de ter amadurecido enquanto pessoa e enquanto profissional da arquitetura, com meu doutorado em geografia,

© Paulo Jares



Protesto de Tuíre Kayapó no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989

confesso que ficou mais difícil governar a cidade porque ela está mais empobrecida.

Pedro Charbel - *O que explica esse empobrecimento?*

Edmilson Rodrigues - O momento de governo fascista foi um momento muito difícil porque, além da pandemia, houve um corte de recursos na área da assistência, da educação, da saúde, o fim de programas como o Minha Casa, Minha Vida, o que implica em falta de geração de emprego, falta de investimento em infraestrutura social, além do corte de famílias dos programas sociais como o Bolsa Família. Tudo isso trouxe, realmente, prejuízos enormes à economia brasileira e à economia de Belém, fazendo a crise social se aprofundar.

Para se ter uma ideia, apenas entre 2020 e 2023, nossa quota-parte do ICMS caiu cerca 4,5 pontos percentuais, o que representa muitos milhões a menos no orçamento.

Somente em março deste ano nós já perdemos 54 mi-

lhões em repasses estaduais

do ICMS. E quem é que recebe

ICMS? Dois ou três municípios

mineradores. Olha a contradi-

ção: Paraopeba é hoje maior

produtor de divisas do que

São Paulo, exporta mais que

São Paulo, com 200 mil ha-

bitantes. Paraopeba e Canaã

dos Carajás, sozinhas, arre-

cadam mais de 50% do ICMS.

Isso ocorre porque lá a produ-

ção de minério e commodities

é transportada sem deixar um único centavo de real na economia por conta da Lei Kandir. A Vale exporta ao dia dois milhões e meio de toneladas de ferro e paga zero de ICMS na exportação.

Mas apesar disso, no cálculo feito para estabelecer a quota-parte, o valor adicionado, que é um dos fatores, considera o minério como produção, de modo que as grandes metrópoles têm perdido muito, e Belém em particular, porque não temos indústrias – e nem queremos que se encontre alguma mina que venha a implicar na destruição da metrópole. Como administrar e desenvolver políticas voltadas à garantia dos direitos dos cidadãos com a permanente redução dos recursos e com o empobrecimento gradativo da cidade? É realmente um grande desafio, há uma carência real de recursos. Para se ter uma ideia, um belenense recebe 300 reais de quota-parte do ICMS, enquanto Canaã dos Carajás – que hoje transformou o Brasil em superavi-tário do cobre – tem 35 mil reais per capita. Essa estrutura

não pode estar certa, assim como não está certo que o Sr. Raimundo da Silva, dono de uma taberninha na periferia de Belém ou em uma cidade pobre, com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano no Marajó, tenha que pagar ICMS enquanto a Vale, que exporta dois bilhões e meio de toneladas ao dia, pague zero.

A Lei Kandir, criada por Fernando Henrique e transformada em dispositivo constitucional depois, realmente não pode ser vista como algo benéfico ao país, ela destrói, ela desalinha a sociedade, ela aprofunda desigualdades sociais e inviabiliza o desenvolvimento. Por isso é de fundamental importância que as cidades da Amazônia cumpram o papel de protagonizar um projeto alternativo de desenvolvimento do país. Temos que pensar o futuro da Amazônia e sua contribuição para o futuro da própria humanidade, como muitos dizem, para salvar o planeta.

Pedro Charbel - *Em 2021, Belém sediou o Encontro de Saberes*

Amazônia e Mudanças Climáticas, reunindo indígenas, quilombolas, pescadores, moradores das cidades amazônicas e cientistas de várias áreas para uma troca inédita de saberes. De que modo esse encontro se insere nessa busca de um projeto alternativo que, como você disse, não pode se constringer ao capitalismo?

Edmilson Rodrigues - Esse encontro teve uma potência importante em termos es-

tratégicos porque reuniu a sabedoria ancestral, saberes populares de lideranças quilombolas, lideranças indígenas, vários caciques, várias pessoas de etnias diferentes e seus saberes, com a representação do saber científico, professores das grandes universidades da Amazônia e também de fora. A UFRJ esteve aqui presente com muitos cientistas, a Universidade Federal do Pará, a Universidade do Estado do Pará, a Universidade Federal Rural da Amazônia, a Universidade Federal do Sudeste do Pará, entre outras instituições, vieram dialogar com a sabedoria popular para contribuir com a produção de alternativas para o desenvolvimento.

A gente falava muito que os produtos da floresta são alternativa à modernização conservadora que, em geral, é expressa nos grandes projetos muito lucrativos para as grandes corporações, como é o caso das grandes hidrelétricas, da monocultura da soja, da cana, eucalipto etc. O Pará tem o terceiro maior rebanho de gado brasileiro,

Precisamos pensar numa visão de desenvolvimento em que as desigualdades sejam permanentemente reduzidas e a natureza seja vista como sujeito de direito

fazendas com 500 mil cabeças de gado sem interesse em desenvolver tecnologia. Enquanto em alguns países quatro, cinco, seis cabeças ou até mais são criadas em um hectare, aqui isso não ocorre porque a estratégia da produção do agronegócio na Amazônia está vinculada à apropriação de terras, à progressão criminosa, não é uma estratégia produtiva de modernização, de desenvolvimento, como eles professam.

As cidades amazônicas, como regra, são a expressão da urbanização sanguinária de que nos fala a geógrafa baiana Maria Brandão. Esse encontro de saberes produziu um resultado muito positivo, com uma carta, um documento, que evidencia nossa prioridade de produzir solidariedade. Nós adoramos a solidariedade. Para nós a solidariedade internacional é um princípio, por isso, quando foi criado o Fórum Social Mundial, Belém teve a iniciativa de propor e protagonizar a realização de fóruns regionais, e o Fórum Social *Pan-Amazônico* foi o primeiro desse tipo a ocorrer. As duas primeiras edições foram em Belém e Manaus, depois ocorreu em Ciudad Guayana, na Amazônia venezuelana se não me falha a memória, depois de Santarém, Peru, até que voltou, em sua décima edição, a Belém, em 2022.

No nosso Fórum *PanAmazônico* tivemos pessoas do mundo inteiro, eu recebi embaixadores da Alemanha, da Itália e de muitos outros países europeus, gente dos Estados Unidos, do Canadá, e é muito bom que o mundo se preocupe conosco, os amazonidas, mas ainda que reconheçamos que o debate sobre a Amazônia é um debate que pode e deve ser feito por todos os cidadãos que estão preocupados com o futuro, nós queremos dizer para o mundo que nós somos um povo com capacidade, com tradição, com conhecimento, e queremos ser protagonistas do nosso futuro.

Esse também é um pouco o sentido das nossas relações internacionais, e por isso a prioridade na relação sul-sul. Estamos estabelecendo um irmanamento com vários povos africanos. Guiné-Bissau é um país do qual partiram muitos dos escravizados para cá, para o nosso território. Também com Cabo Verde, Angola e outros povos de várias culturas, várias etnias, e várias nacionalidades. Ao mesmo tempo, temos desenvolvido nossa relação com a América Latina, especialmente com foco na *Pan-Amazônia*, composta por nove países amazônicos. Temos um país como a Guiana Francesa, onde a luta pela independência é forte, temos países com pluralidade e diversidade sociocultural, como Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru, Equador, enfim, esse é o foco das nossas relações internacionais para que a Amazônia possa ser realmente protagonista do seu futuro e contribuir com outros povos do planeta e do próprio Brasil para pensarmos

de que modo ela se insere no futuro da humanidade.

Pedro Charbel - *Essa paradiplomacia que você descreve tem situado a prefeitura em um debate que normalmente é visto como nacional. Recentemente, você inclusive assinou uma carta contra a proliferação de combustíveis fósseis e está atuando ativamente para que Belém receba a COP 30. Como está a relação com o governo federal nesse sentido? E qual a importância dessa movimentação sobre a COP?*

Edmilson Rodrigues - Eu fiquei feliz quando o Lula, ainda no Egito, disse que gostaria que a COP 30 fosse realizada no Brasil. O governador paraense Helder Barbalho e disse: “que seja no Pará”. Eu imediatamente fui à Frente Nacional de Prefeitos e apresentei uma carta que foi aprovada por unanimidade: nossa candidatura! Que a COP seja em Belém! Outras cidades amazônicas, como Palmas, Porto Velho e mesmo Manaus fazem parte da frente e não disputaram, foi quase que uma aprovação unânime. Isso coloca Belém como uma capital internacional no debate sobre mudanças climáticas.

Dada a importância da realização da COP em 2025, há toda uma necessidade do próprio governo federal, de investir em projetos que tenham essa marca da sustentabilidade. Esse, hoje, é um conceito generalizado, muitas vezes usado como verdadeira metáfora porque grandes corporações plantam uma árvore em meio a milhares de quilômetros quadrados de mata primitiva danificada e usam isso como propaganda para ludibriar os incautos.

Belém receberá investimentos importantes em projetos para a estruturação da cidade, criando as condições para recepcionar esse evento mundial mas, ao mesmo tempo, também voltados à inclusão social, ao respeito à natureza. Precisamos pensar na sustentabilidade econômica, social, cultural e política, numa visão de desenvolvimento em que as desigualdades sejam permanentemente reduzidas e a natureza seja vista como sujeito de direito. A democracia deve servir como instrumento coletivo de produção do futuro, a busca do equilíbrio ecológico passa necessariamente por mais participação social.

Pedro Charbel - *E como efetivar essa participação?*

Edmilson Rodrigues - Para nós, democracia não é voto de quatro em quatro anos, onde o poder econômico e a corrupção acabam elegendo um congresso antipovo, prefeitos antipovo, governadores antipovo, enfim, nós pensamos a democracia como o poder popular. Ela não virá de graça, daí a importância de experiências que estamos desenvolvendo por meio do Fórum Permanente de Participação Cidadã, que nós chamamos de “Tá Selado”. Por meio desse esforço, promovemos debates nos bairros,

com representantes reunidos por setor: pessoas indígenas, pessoas com deficiência, juventude e até crianças realizam seus congressos próprios. Elegeram-se, territorial ou setorialmente, 1600 conselheiros da cidade.

Promover o debate sobre as prioridades das políticas de investimentos na cidade pode parecer pouco, mas é um esforço para criar uma cultura de democracia que não seja a democracia formal burguesa, que nos resume a eleitores de quatro em quatro anos. Fizemos uma parceria com a GIZ, a agência alemã para cooperação internacional, que se dispôs a nos ajudar a constituir um método já experimentado em outras cidades para o debate do Plano Diretor, aí incluíram a necessidade de termos, paralelamente, a construção de um plano sobre as mudanças climáticas. Nesse sentido, estamos constituindo a Conferência Municipal sobre Clima e Mudanças Climáticas.

O ICLEI, uma organização internacional importante de governos locais pela sustentabilidade, também vai nos ajudar a organizar o debate social sobre as mudanças climáticas e estabelecer um elo entre nosso plano sobre mudanças climáticas com as políticas municipais. Nosso objetivo é construir um verdadeiro poder popular, criar um processo de participação, uma consciência coletiva para que o povo seja protagonista e veja um verdadeiro projeto de futuro ser executado, isso é seu direito. Nós sabemos que, quando a população debate, ela protagoniza o futuro.

Pedro Charbel - *Que políticas municipais concretas estão sendo desenvolvidas em diálogo mais direto com a agenda socioambiental?*

Edmilson Rodrigues - Estamos investindo em energia alternativa, inicialmente como sistema isolado por escola. Depois das 203 escolas concluídas, vamos avançar para as unidades de saúde e todos os equipamentos urbanos, inclusive nos programas da Minha Casa, Minha Vida. Nós já estamos com 70 escolas recebendo recursos próprios da prefeitura por meio da Secretaria de Educação para que utilizem uma matriz energética alternativa: a solar. Ninguém pode mais falar – como se falava há 30 anos – que nos sistemas fotovoltaicos você só tem energia quando há sol forte, e quando precisa combater o frio não há energia suficiente e o banho será frio. Não! Agora, as baterias são tecnologias altamente desenvolvidas, conseguem reter a energia. Você chega de madrugada numa região fria e consegue usar a energia ali acumulada. Países que têm escuridão por meses utilizam energia solar! No caso de Belém, a diferença é de apenas 12 minutos entre o dia e noite. Por que não usar essa energia? Não temos muito vento, mas sol nós temos por 12 horas.

Esse debate tem que ser feito com o governo federal, porque necessitamos de uma boa política nacional de incentivo à energia alternativa. Ou nós vamos continuar usando o combustível fóssil e vamos continuar fazendo hidrelétrica? No caso destas, mesmo que não sejam perniciosas em termos da produção de CO₂, geralmente atingem populações tradicionais, populações indígenas e o equilíbrio ecológico. Os casos de Belo Monte e de Tucuruí são emblemáticos: Belo Monte é uma desgraça e as consequências sociais, inclusive com picos de analfabetismo, de desemprego, de violência, são muito grandes.

Estamos também desenvolvendo uma política de arborização da cidade, porque nós temos 39 ilhas dentro da metrópole incrustada na floresta, realmente uma floresta circundando Belém. Na região continental a imigração é muito intensa e áreas de baixada estão sendo ocupadas, são áreas alagáveis ou alagadas permanentemente devido à presença de 47 bacias hidrográficas da região continental. Então nós estamos fazendo um esforço de re-arborização e temos a meta de 140 mil árvores até o final do ano que vem.

Eu fui indicado pela Frente Nacional de Prefeitos para representar os municípios brasileiros no Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conama. Estarei lá para representar os municípios brasileiros, de modo que naturalmente tenho que fazer uma mediação porque os municípios são governados por prefeitos diferentes, mas eu tenho posição, então eu vou defender as minhas posições, e as minhas posições são de um prefeito com um projeto estratégico claro: ecossocialista, porque eu sou do PSOL e eu tenho responsabilidade de governar, temos que fazer as políticas avançarem.

Pedro Charbel - *Falando em articulação de prefeitos, como é que está a expectativa de vocês para a Conferência de Prefeitos da Pan-Amazônia? Isso já aconteceu alguma vez antes?*

Edmilson Rodrigues - Nunca. A ideia surgiu no processo de organizar a Cúpula dos Países Amazônicos, que ocorrerá nos dias 8 e 9 de agosto. Vou articular os prefeitos brasileiros e, com os nossos parceiros de outros países, articular os prefeitos de outros municípios da Pan-Amazônia. Há algo importante e inédito no contexto dessa cúpula presidencial. Teremos, possivelmente, até o Macron aqui, porque parte da Amazônia é francesa – ainda que respeite o desejo dos guianenses de se livrar da dependência francesa, hoje, oficialmente, a Guiana Francesa, é um estado ultramarino francês. Também representantes da Venezuela, Equador, Colômbia, Bolívia,

Peru e de outros países estarão aqui junto com o governo brasileiro, debatendo a Amazônia e debatendo a crise climática que, na verdade, não é crise climática, é a crise climática e social.

É claro que os presidentes, embaixadores e ministros terão suas visões políticas, às vezes mais ou menos conservadoras, mas a Amazônia, assim como a América Latina, vem passando novamente por um processo de, digamos, democratização e esquerdização – temos derrota de vários governos autoritários. Mas isso não significa que o debate oficial dos presidentes representará os anseios da sociedade, daí todo o esforço de produzir uma carta do Fórum Social Pan-amazônico, muito representativa de todos os povos que aqui estavam presentes – e foram milhares de cidadãos de todos os países da Pan-Amazônia.

Além desses documentos, a própria presença de povos indígenas, de populações urbanas, dos movimentos sociais, movimentos ecológicos, professores das universidades será muito importante. Vai ser realmente uma participação paralela ao fórum. O próprio Itamaraty diz que nós teremos aqui em torno de quatro mil pessoas. Não será uma cúpula de presidentes apenas, será uma cúpula que terá participação paralela da sociedade organizada numa perspectiva crítica para dizer que o futuro depende de um debate democrático, porque enquanto os grandes projetos avassalarem as comunidades originárias e tradicionais, destruírem a floresta, o meio ecológico e a biodiversidade, não há possibilidade de se falar seriamente no futuro.

Então, a defesa dos povos indígenas, a defesa das terras da União, das florestas nacionais e da resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) são princípios que devem balizar as políticas públicas. Nada justifica que, em nome do progresso, esses projetos aumentem a desigualdade e a destruição do equilíbrio ecológico. Esses projetos, em geral, são autoritários.

Pedro Charbel - Voltando às políticas municipais, sabemos que políticas de saneamento, transporte e moradia são determinantes na relação das pessoas com o meio ambien-

te e, no limite, é a partir disso que se produz uma cidade que seja menos destruidora do planeta. Além das políticas mais diretamente conectadas à agenda ambiental que você mencionou, de que modo outras políticas municipais têm se desenvolvido nesse sentido?

Edmilson Rodrigues - Metade da nossa amada cidade foi construída em região de baixadas, onde há bacias hidrográficas. Nessas áreas alagadas ou alagáveis, mais da metade da população, por muito tempo, viveu em palafitas. No meu primeiro mandato e agora novamente, uma das contribuições que fizemos, foi um investimento milionário em macrodrenagem. Não dá para falar em desenvolvimento sustentável com as pessoas vivendo de forma desumana, sem equipamentos e

serviços sanitários, em áreas alagáveis, em situação de palafita.

É possível viver de modo harmônico com as águas, com o rio e, ao mesmo tempo, garantir água potável, sistema de esgoto e sistema de internet, é o direito à cidade.

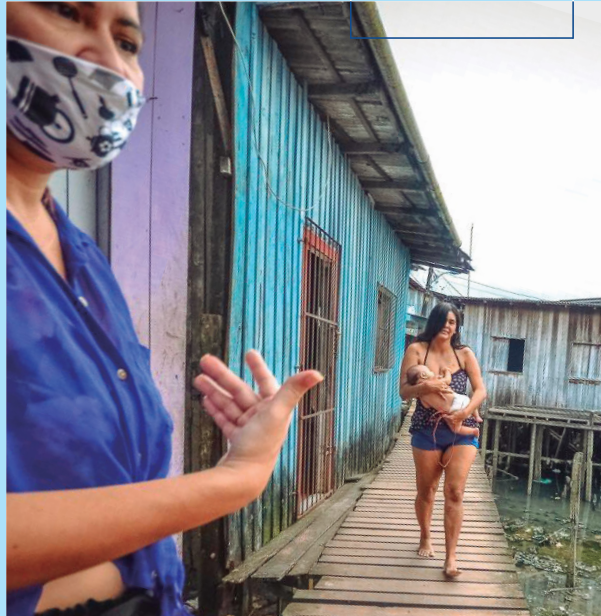
No sistema de transporte, o problema é que nós estamos à frente de uma cidade pobre. Nós temos a menor tarifa do país porque a população não tem condição de pagar mais. É uma cidade muito pobre, de modo que a gente freia o aumento da tarifa – se dependesse do empresariado, esse valor seria bem maior. Só que não conseguimos subsidiar como São Paulo, como Manaus, como Fortaleza, Goiânia, outras cidades que subsidi-

diam e ainda assim têm tarifas maiores que a de Belém. A consequência disso é que a frota acaba envelhecendo. Estamos em diálogo com o governo federal para tentar melhorar essa situação e falando também com o BNDES sobre a possibilidade de implantação de um programa-piloto em Belém para compra de veículos 100% elétricos, preferencialmente produzidos no Brasil.

Não é fácil, mas temos que tentar promover a participação popular e focar nas prioridades para os mais pobres. Somos uma cidade onde a desigualdade é profunda, não temos a ilusão de que um município trará o socialismo, mas um governo popular e coordenado por um prefeito de estratégia socialista, tem que trazer o povo para debater. ●

Palafitas na comunidade Vila da Barca em Belém

© Mídia Ninja





© Gustavo Minas/Flickr

PLANEJAMENTO URBANO

Desafios na luta ambiental e por justiça social

Nas cidades, transições sociotécnicas rumo a um sistema de baixo carbono devem ser socialmente justas. No entanto, a pouca articulação na implementação de políticas habitacionais, de transporte e ambientais nos distancia desse horizonte



Danielle A. Angelo
graduanda do Programa
de Planejamento Territorial
da Universidade Federal
do ABC (UFABC)



Priscila da Mota Moraes
Doutoranda do Programa
de pós-graduação em
Planejamento e Gestão
Territorial da UFABC



Rafael Siqueira
Mestre do Programa
de pós-graduação em
Planejamento e Gestão
Territorial da UFABC



Ricardo C. L. Ramos
Docente Assistente
Mestre I da Faculdade
de Arquitetura e
Urbanismo do Mackenzie

D

urante o regime ditatorial, o planejamento urbano centralizado não permitia às cidades o controle do planejamento no

território, o que intensificou a geração de grandes periferias nas grandes cidades. Com a Constituição de 1988, os municípios passaram a ser responsáveis por esse planejamento, o que inclui questões relativas a habitação, transporte, infraestrutura e meio ambiente. O olhar segmentado para cada um destes setores, no entanto, marca as políticas públicas até os dias atuais e dificulta o desenvolvimento de realidades urbanas menos desiguais e mais harmônicas com o meio ambiente.

Nas cidades, transições sociotécnicas rumo a um sistema de baixo carbono devem se dar a partir de uma interação entre tecnologias, infraestruturas, ciência e política, e devem ser, necessariamente, socialmente justas. A pouca articulação na implementação de políticas habitacionais, de transporte e ambientais, no entanto, nos distancia desse horizonte e faz com que seja mais difícil promover melhorias reais na qualidade de vida das pessoas, especialmente daquelas que residem nas periferias urbanas.

O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado em 2009, é exemplo disso. Em sua ideia inicial, há a previsão de implantação de redes de transportes e infraestrutura no entorno dos conjuntos habitacionais, mas, na maioria dos casos, isso não ocorreu. A nova versão do projeto tem a chance de corrigir falhas e aprimorar dispositivos que promovam essa necessária coordenação. De modo geral, o grande desafio é vencer a lacuna existente entre a ideia de transição e justiça social e as práticas de planejamento e gestão

para implementação desses conceitos na vida cotidiana.

No campo da geografia urbana, já na década de 1970, o geógrafo inglês David Harvey ressaltou, em sua obra "A justiça social e a cidade", que além do papel que os sistemas de transportes têm na organização e estruturação do espaço urbano, eles também podem reproduzir a segregação e a desigualdade social. Nesse sentido, é importante ressaltar que a falta de interdisciplinaridade nas estruturas institucionais que formulam as políticas de desenvolvimento urbano e que orientam as práticas de planejamento não apenas dificul-

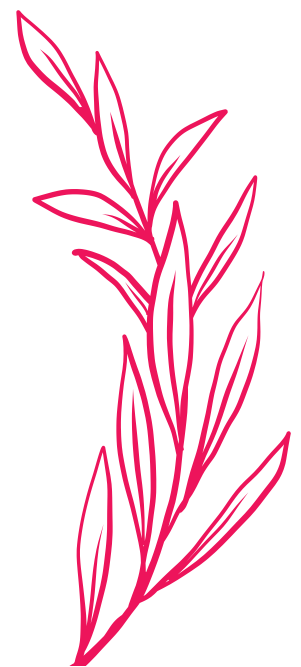
ta a promoção de uma transição justa, como também pode aprofundar a exclusão e desigualdade.

No caso da Política de Mobilidade Urbana (PNMU), ainda que se estabeleça o direito ao acesso universal à cidade, equidade no acesso aos transportes

públicos e ao espaço urbano, o que se verifica é que os mais de 5.000 municípios brasileiros não têm os mesmos recursos técnicos e financeiros, e tampouco a mesma capacidade política e institucional, para aplicar suas diretrizes com êxito. Consequentemente, a exclusão social nos transportes é reproduzida indistintamente nos municípios brasileiros.

Apesar dessas dificuldades, é possível identificar avanços ao longo dos anos, como no caso da tarifa social, que estabelece a redução da tarifa dos transportes públicos para pessoas de baixa renda. Do mesmo modo, é válido ressaltar que as formulações ao redor

Zerar tarifas é um passo importante para diminuir desigualdades e colabora significativamente com o objetivo de reduzir emissões de efeito estufa



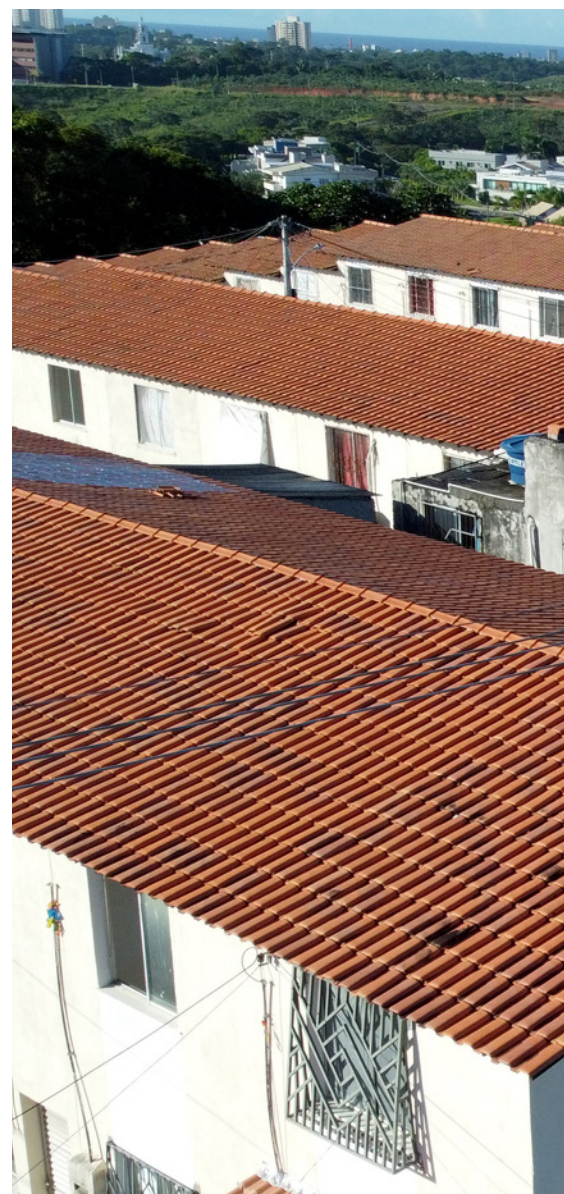
da tarifa zero, originalmente discutida nos anos 1980 durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, em São Paulo, também têm ganhado fôlego. O transporte, assim como a moradia, a educação e a saúde, é um direito social que deve ser assegurado pelo Estado segundo nossa Constituição. Zerar tarifas é um passo importante para diminuir desigualdades e colaborar significativamente com o objetivo de reduzir emissões de efeito estufa.

Nesse sentido, a Coalizão Mobilidade Triplo Zero, uma rede organizações e movimentos sociais pela mobilidade urbana sustentável e justa, tem como pedra fundamental de sua luta três pontos: 1. tarifa zero: como forma de garantir o direito à cidade e acesso às oportunidades; 2. zero emissões: a fim de garantir melhor qualidade de vida e saúde nas áreas urbanas e combater a contribuição do setor dos transportes urbanos para as mudanças climáticas; e 3. zero mortes por acidentes de trânsito: visando acabar com as mortes no trânsito por meio do aumento da segurança viária para todos os modos de transportes, em particular os mais vulneráveis, a pé e de bicicleta.

O Instituto MDT (Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte) lançou, em 2017, um manifesto pela criação do SUM - Sistema Único de Mobilidade Urbana Sustentável, inspirado no bem sucedido modelo nacional de saúde, o SUS (Sistema Único de Saúde). A proposta visa consolidar o direito ao transporte público como forma de ampliar o acesso às oportunidades e consequentemente reduzir a exclusão social promovida pelos transportes. Além disso, entre as diretrizes do manifesto estão a integração entre planejamento urbano e planejamento da mobilidade como forma de reduzir o uso do transporte individual e, ainda, a transformação da frota de veículos públicos em “frota limpa”, com uso de

combustíveis não poluentes e o estímulo aos transportes ativos visando o equilíbrio ambiental e respeito à saúde e à qualidade de vida.

Contudo, um dos maiores desafios para esses movimentos é a falta de articulação governamental entre os diversos níveis – municipal, estadual e federal – para implementação de planos e medidas estratégicas para a transição do atual paradigma de planejamento da mobilidade urbana. No âmbito narrativo, a PMNU, a Política Nacional de Habitação e a Política Nacional do Meio Ambiente apresentam coerência entre si, no entanto, isso



© João Souza/DepositPhotos

Faltam mecanismos
explícitos nas políticas
para que a justiça
social e ambiental
seja devidamente
contemplada

não garantiu a produção do espaço de forma equilibrada e justa, e o território urbano segue, de modo geral, se configurando de forma excludente, desigual e insustentável do ponto de vista ambiental. Faltam mecanismos explícitos nas políticas para que a justiça social e ambiental seja devidamente contemplada nos processos de desenvolvimento urbano.

A falta de articulação entre os diversos setores que compõem o espaço urbano, em suas dimensões social, ambiental e econômica, se reflete tanto na configuração físico-territorial das cidades, quanto

no seu acesso. A integração e coordenação entre as políticas públicas para os diferentes setores urbanos é fundamental para chegarmos a soluções reais às questões mais complexas da sociedade brasileira. Parte fundamental desse processo deve ser o reconhecimento dos interesses e saberes populares por meio da participação popular: a gestão democrática e o controle social são, talvez, primeiros passos necessários para que as políticas públicas possam de fato materializar a justiça social e promover maior harmonia com o meio ambiente. 🌍

Novo Minha Casa Minha Vida promete moradias mais centrais e com tecnologias verdes – Foto: Conjunto habitacional em Salvador (BA)



AGROECOLOGIA NAS CIDADES

De feiras locais e hortas medicinais a compras públicas de pequenos agricultores e centros municipais de compostagem: a agroecologia coloca a racionalidade ecológica e a luta pela terra na centralidade do debate sobre um outro projeto societário

Nos últimos anos, a agroecologia entrou na agenda pública trazendo reflexões e soluções sobre diferentes questões consideradas centrais no nosso país, como os desafios agrários, alimentares, ambientais, climáticos, sociais, econômicos e sanitários. Desde uma perspectiva mais técnica, podemos definir a agroecologia como uma forma de cultivar, uma prática de produção agrícola baseada nos saberes tradicionais, nas práxis camponesas e dos povos originários que acumularam saberes ao longo de 12 mil anos. Originada anteriormente à consolidação do capitalismo como sistema social, a agroecologia se apresenta também como resistência à lógica capitalista de exploração da natureza, seja na sua dimensão ambiental ou humana. Desta forma, também podemos defini-la do ponto de vista político.

Em sua dimensão política, a luta pela agroecologia é a luta pelo direito à terra, à água, às sementes e demais

meios de trabalho; é a luta contra a criminalização dos movimentos sociais populares, contra o racismo, o machismo e as desigualdades sociais; é a luta pelo direito à saúde e à alimentação de qualidade em quantidade suficiente para todas as pessoas; é o reconhecimento dos saberes tradicionais e a busca de uma educação libertadora. A agroecologia coloca a racionalidade ecológica e a luta pela terra na centralidade do debate sobre um outro projeto societário. Como declarado na Carta Política da Jornada de Agroecologia (2019): “costuramos com as mãos dos povos o tecido vivo de nossa biodiversidade que também representa nossa memória, nossas culturas”.

O acesso à alimentação é algo que impacta todos da sociedade, em especial os trabalhadores urbanos. Nesse contexto, o Estado pode tanto atuar para perpetuar as desigualdades sociais existentes, quanto para promover mudanças na estrutura social visando alcançar uma sociedade mais justa, igualitária, ecológica e solidária. Trata-se de um território em disputa, em cuja estrutura se

Carla Santos Ribeiro

Cientista social (UFSC) e mestre em Economia pela Universidade Nacional Autônoma do México. Assessora parlamentar no Mandato Agroecológico do Deputado Marquito (PSOL/SC)





Terreno baldio na PC3, Jardim Atlântico (Florianópolis/SC) foi transformado em horta urbana comunitária

pode penetrar por meio de eleições democráticas e da incidência e pressão popular, havendo, no caso da agricultura, dois modelos conflitantes: o agronegócio e a agricultura familiar e camponesa, sendo o primeiro historicamente favorecido pelo Estado brasileiro.

De uma perspectiva agroecológica, entendemos que as políticas públicas devem ser orientadas a partir da participação social e de forma a enfrentar as desigualdades estruturais de raça, classe, gênero e geração. De acordo com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), “o enfoque agroecológico é aquele voltado para a construção de um sistema alimentar sustentável e saudável”. E há diversas maneiras de construir esse sistema alimentar de forma a impactar a vida das pessoas nas cidades. Entre diversas possibilidades, o Estado pode atuar na promoção ao acesso à alimentação saudável e adequada à população, em especial à parcela com maior vulnerabilidade econômica; no fomento de circuitos curtos de comercialização; no apoio a empreendimentos cooperativos da

agricultura familiar; na realização de compras públicas da produção alimentar local; na potencialização de espaços de participação popular; no fortalecimento das práticas integrativas em saúde, com ênfase no uso das plantas medicinais; na contribuição para a redução e a eliminação do uso de agroquímicos nos espaços urbanos e em sistemas de produção; e no investimento em ações para reciclagem e compostagem de resíduos sólidos.

Em 2019, a ANA mapeou mais de 950 iniciativas que apoiam, direta ou indiretamente, a agroecologia em contexto local. Mais de 700 delas contam com algum tipo de apoio do poder público municipal. Uma das ações mais recorrentes é o fomento de circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos, havendo mais de 100 iniciativas mapeadas em todo o Brasil nesse sentido. Em Remígio (PB), por exemplo, desde 2006, uma feira agroecológica ocorre todas as sextas-feiras, com cerca de 12 famílias que trabalham com seus próprios produtos e os de vizinhos: o poder público municipal, além de ceder o espaço, é importante parceiro

na logística da feira, o que também ocorre no caso da Feira Livre Municipal Ozéias de Araújo, em Couto Magalhães (TO), que funciona há mais de 10 anos; a prefeitura gerencia o espaço e transporta os produtos e os produtores até o local do evento. Em ambos os exemplos, a experiência de organização política e a iniciativa dos próprios agricultores e agricultoras, seus coletivos e outras organizações do movimento agroecológico são fundamentais, sendo importante ressaltar que a democracia e a participação social são princípios e condições necessárias para o sucesso das ações voltadas para a agroecologia.

Outra iniciativa de grande impacto e recorrente em âmbito municipal é a realização das compras públicas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ainda que, sob diferentes pretextos políticos e logísticos, a obrigatoriedade da destinação de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo governo federal para a compra direta da agricultura familiar não seja cumprida em muitas cidades, as experiências municipais demonstram que é possível garantir a execução dessa lei. Há casos de legislações municipais que dispõem sobre a obrigatoriedade da inclusão de alimentos orgânicos ou agroecológicos adquiridos diretamente da agricultura familiar na alimentação escolar, como é o caso de São Paulo (SP), Santa Rosa de Lima (SC), Encantado (RS) e Porto Alegre (RS). Em Anchieta (SC), uma lei municipal prevê que a alimentação escolar seja

composta de, pelo menos, 45% de alimentos orgânicos. Em São Domingos (SC), 100% dos recursos do PNAE são destinados à compra de alimentos da agricultura familiar, sendo 30% de produtos orgânicos. Em Itati (RS) quase 100% dos recursos do FNDE destinados ao PNAE também são direcionados à compra de alimentos da agricultura familiar. Todos esses são exemplos de apoio à agroecologia gerando recursos para agricultoras e agricultores, garantindo o acesso a uma alimentação de qualidade para a população.

Iniciativas em torno da reciclagem e compostagem de resíduos sólidos também são muito importantes e bons exemplos podem ser encontrados em várias regiões do país. A aprovação da primeira lei de compostagem no Brasil, em Florianópolis (SC), é um marco nesse processo. De

autoria do Mandato Agroecológico do Deputado Marquito, do PSOL, a lei municipal 10.501 de 2019 dispõe sobre a obrigatoriedade da reciclagem de resíduos sólidos orgânicos no município de Florianópolis e sua aprovação motivou outros municípios a criarem legislações e políticas específicas sobre a compostagem. O Centro Municipal de Compostagem de Picuí (PB), por exemplo, recebe e tritura os resíduos coletados pelo serviço municipal, promovendo uma redução em 40% da quantidade de lixo que vai ao aterro sanitário, gerando economia ao município e aumentando a vida útil do aterro. Além disso, as e os agricultores recebem gratuitamente o composto, o que minimiza os efeitos da desertificação dos solos e ajuda na melhora da produção.

As experiências voltadas para o fomento da agricultura urbana e

Horta da Cozinha Solidária do MTST em Sol Nascente (DF) provê ingredientes para refeições distribuídas de graça



periurbana também têm grande potencial na promoção da agroecologia. Além de produzir e fornecer alimentos saudáveis, as hortas comunitárias, escolares e os centros públicos de produção de alimentos favorecem a prática e a organização comunitária, as práticas de educação ambiental, alimentar e nutricional. Belo Horizonte (MG) vem incorporando a agroecologia ao planejamento metropolitano por meio de seu Plano Diretor. Em São Paulo (SP) a Secretaria do Trabalho, implementou uma bolsa de inserção laboral no âmbito do Programa Operação Trabalho que promove o trabalho em hortas urbanas periféricas e também em comunidades indígenas. Há várias outras experiências amparadas por legislação própria, como em Palmas (TO), Natal (RN),

Não podemos deixar o agronegócio predatório vencer



© Raissa Azeredo

Florianópolis (SC), Londrina (PR).

Há também dezenas de iniciativas de fomento às hortas medicinais como forma de apoio às práticas integrativas e complementares do SUS. Em Poço Verde (SE), desde 2019 a Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, desenvolveram o Projeto Farmácia Viva, que envolve a agricultura familiar camponesa no desenvolvimento de hortas com plantas medicinais. Também em São Paulo (SP), o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, incentiva as

hortas em Unidades Básicas de Saúde e fortalece a ação das e dos agentes comunitários de saúde nesse sentido.

Todos esses exemplos revelam diversas possibilidades de fortaleci-

mento e promoção da agroecologia em meios urbanos e em diálogo com diferentes temáticas. Se queremos de fato enfrentar a crise climática e promover uma sociedade mais justa e igualitária, é urgente que multipliquemos e ampliemos essas iniciativas. A implementação de políticas que garantem os direitos sociais e humanos é dever do Estado, mas só a mobilização de movimentos sociais e populares promove a conquista desses direitos e das políticas que os promovem. É fundamental fortalecer os movimentos sociais e os espaços de participação social e potencializar a atuação política da agroecologia a partir de redes. Não podemos deixar o agronegócio predatório vencer. ●

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Rud Rafael (MTST)

Assistente Social, militante do MTST e integrante da Frente Povo Sem Medo



Entrevista com Francisco Kelvim

Esta entrevista com Francisco Kelvim, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) inaugura um espaço da Jatobá sempre dedicado a diálogos com movimentos sociais e pessoas na linha de frente da luta socioambiental. Originado a partir de experiências de organização local e regional

no enfrentamento de ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos hidrelétricos, o MAB se transformou em uma organização nacional e hoje, além de lutar pelos direitos dos atingidos - antes, durante e depois da construção de empreendimentos -, reivindica também um projeto energético popular.

Rud Rafael - *Como você virou integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)? Poderia contar um pouco da história do movimento?*

Francisco Kelvim (MAB) - Iniciei a minha luta no Rio Madeira, uma região atingida por Jirau e Santo Antônio, duas grandes hidrelétricas que foram construídas na Amazônia e que atingiram milhares de pessoas no estado de Rondônia. Eu iniciei a minha luta em 2014, no contexto das enchentes que nos atingiram, foi quando tive contato com o MAB e me organizei no movimento. A minha região de Guajará-Mirim, apesar de sofrer até hoje os impactos de Jirau e Santo Antônio, também tem sido estudada no inventário hidrelétrico para construção de outras hidrelétricas.

O MAB hoje tem 32 anos de existência apesar de que a luta das

populações atingidas por barragens no Brasil tem pelo menos 40 anos. O movimento se constitui a partir de organizações locais e comissões regionais de populações atingidas por barragens que se organizaram a partir da construção do modelo energético brasileiro desenvolvido no período da ditadura militar. Nesse período, ocorreu a construção de grandes barragens na Amazônia, como Tucuruí, no Pará, Samuel, em Rondônia, Balbina, no Amazonas, assim como em outras regiões do país.

Nosso movimento se desenvolveu a partir das violações do modelo energético que nasceu com a ditadura militar e ganhou características autoritárias, autocráticas e tecnocráticas, e que permanece até hoje atingindo diversas populações. Essas pessoas, que foram tendo seus

direitos violados, se organizaram de forma local e regional em 1991, fundando o Movimento dos Atingidos por Barragens como um movimento nacional.

Rud Rafael - Diante de um contexto de financeirização da natureza, crise climática e privatização do setor energético e de outros serviços básicos, quais são as principais lutas e bandeiras do MAB hoje?

Francisco Kelvim - Entre nossas principais lutas está, em primeiro lugar, a luta histórica do movimento para que haja no Brasil uma Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), uma lei que garanta os direitos das populações atingidas. Depois do rompimento da barragem de Brumadinho em 2019, em plena pandemia, em 2020, conseguimos aprovar na Câmara esse Projeto de Lei que foi para o Senado, onde passou pela Comissão de Meio Ambiente e agora está na Comissão de Infraestrutura. Temos pressionado o Governo Federal para que ajude a aprovar esse projeto para acelerar e fazer o que possa ser feito via decreto. Essa política vai determinar quem são os atingidos, quais são os seus direitos e como vai ser o tratamento dessas populações.

Em segundo lugar está a criação da política de segurança das comunidades e pessoas atingidas por barragens ou grandes obras hídricas, de mineração etc. O licenciamento ambiental é muito frágil, a política atropela as decisões técnicas, de modo que precisamos de uma política de segurança dessas populações e de uma política de participação para efetivar a segurança das comunidades. Hoje, o que acontece é uma política de segurança para as barragens, apenas para as infraestruturas, não para as pessoas e as comunidades.

Em terceiro lugar, temos pautado a construção de um organismo de Estado capaz de coordenar ações para essas populações. Ações de reparação, ações em relação ao

passivo histórico que há com as populações atingidas pela mineração, mas também pelos eventos extremos. O que a gente tem tido com Ministério do Desenvolvimento Regional é insuficiente, por isso estamos pautando que se crie um órgão que pode estar dentro da estrutura do próprio governo, da Secretaria Geral da Presidência da República, com um caráter interministerial, em diálogo com a política nacional de adaptação em mudanças climática.

Por último, temos também a luta pela criação de um fundo. Não adianta ter as políticas se a gente não tiver um fundo que garanta recursos para fazer reparação.

Rud Rafael - O MAB, junto com outras organizações, integra a Plataforma Camponesa e Operária da Água e da Energia.

Você poderia falar um pouco mais dessa experiência e de como vem sendo a construção de unidade entre campo e cidade por parte do movimento?

Francisco Kelvim - Desde a década de 90, temos compreendido que a construção de um projeto energético popular para o país, o projeto que a gente quer construir para o Brasil, deve se dar considerando empresas estatais como a Eletrobrás e a Eletrobras, o que passa por disputar mundialmente a produção. A energia é central na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, por isso houve uma ofensiva muito grande sobre o país e, nesse contexto, a partir de 2008 ou

2009, surge a Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia, uma experiência histórica.

E nossa análise estava correta: grande parte do que foi a Lava Jato contribuiu para a destruição da nossa indústria nacional e desse domínio tecnológico, uma ofensiva imperialista sobre o Brasil. Mas a gente, em grande medida, foi vitoriosa. Um exemplo disso talvez seja a campanha que fez com que parte dos royalties da exploração do pré-sal

© crédito foto



Francisco Kelvim integra o MAB desde 2014

fossem para saúde e para educação. Isso até o golpe de 2016, que destruiu esse marco, mas a gente conseguiu construir essa experiência, e talvez seja a única com essas características hoje do mundo: a união de trabalhadores com os atingidos pelo modelo energético. A reconstrução de nosso país só se dará com soberania e distribuição da riqueza.

Rud Rafael - *A ação dos movimentos sociais tem sempre um caráter urgente, de uma demanda que não pode esperar, mas também um caráter mais estrutural, de mudança social de certas desigualdades e opressões. O MAB tem integrado a campanha pelo Marco Nacional de Direitos Humanos e Empresas, que se desdobrou no PL 572/22 que tramita hoje no Congresso. Qual a importância dessa iniciativa?*

Francisco Kelvim - Não há no mundo inteiro um marco que regule as atividades das empresas, que trate da responsabilização dessas empresas em decorrência de desastres e violações ambientais e de direitos humanos, algo que defina qual tratamento tem que ser dado a essas populações atingidas, ao meio ambiente, enfim, não existe isso hoje, e isso é um grande problema. A consequência do estágio de acumulação capitalista e da crise econômica que vivemos é que as atividades de exploração mineral energética de petróleo se intensificam numa busca incessante pelo aumento da taxa de lucro das grandes empresas, as quais colocam o lucro acima da vida e do meio ambiente.

Diante disso, temos impulsionado em nível internacional a construção de um Tratado Vinculante no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como o respeito à Convenção 169 para efetivação, garantia e defesa dos direitos das populações que são atingidas pelas atividades das grandes empresas. Este ano se completam 10 anos dessa campanha. Precisamos de uma legislação que consiga identificar e punir as empresas que violam direitos e que consiga também concretizar quais são as violações de direitos humanos e ambientais decorrentes dessas atividades. Então esta é a luta de hoje: ter algo assim no mundo e no Brasil.

Rud Rafael - *Hoje, 80% da população vive em cidades, não tem como pensar em transição energética e solução para a crise ambiental sem pensar a atuação no urbano. Poderia nos contar algumas das experiências do MAB que apontam para alternativas nesse cenário?*

Francisco Kelvim - A gente tem falado no MAB que a transição energética brasileira é diferente da transição energética que o mundo inteiro está fazendo. Primeiro porque a nossa matriz é barata; segundo porque a gente tem uma combinação de fontes renováveis que lugar nenhum do mundo tem, boa parte da nossa matriz hoje é renovável e emite muito pouco carbono. Não temos que fazer um processo de inversão da matriz como muitos países da Europa que têm dependência da energia nuclear, do carvão etc.

Essa questão do preço tem que ser central: não podemos ter a matriz elétrica mais barata e ao mesmo tempo a segunda conta de luz mais cara do mundo! É preciso ter um processo de participação da população para discutir isso dentro do governo, no Ministério de Minas e Energia, disputar a conta de energia. Também temos que reivindicar o saneamento e água tratada nas grandes cidades. Além disso, cabe ressaltar que não há saídas possíveis para as mudanças climáticas e para a transição energética sem considerar a proteção da floresta amazônica: o desmatamento da

A transição energética brasileira não poderá ser construída se a gente deixar que as grandes empresas como a Total, a Exxon e a Shell sigam determinando seus rumos.

Amazônia é o principal responsável pelas emissões de CO₂ no país. E não podemos esquecer dos outros gases de efeito estufa. No caso do metano, somos um dos maiores emissores, principalmente por conta da produção de gado para exportação.

A transição energética brasileira não poderá ser construída se a gente deixar que as grandes empresas, como a Total, a Exxon e a Shell sigam determinando os rumos. Essa transição ainda está muito voltada para exportação, como no caso da produção de hidrogênio verde, a qual não está atrelada ao crescimento do país, nosso crescimento industrial e nossa demanda de energia – isso se chama colonialismo. Não podemos aceitar a imposição à América do Sul e África

de uma transição energética que sirva à exportação para outros países. Temos que incidir nesse processo, inclusive no novo marco do setor elétrico, no qual também está sendo discutido o hidrogênio verde.

O MAB tem construído experiências que apontam para um projeto energético popular. Nos últimos anos, por exemplo, fizemos 240 hortas em quatro estados da Amazônia, promovendo a produção de alimentos de base agroecológica e produção de energia fotovoltaica para irrigação. Isso fez com que as famílias aumentassem sua produção e a diversificassem, porque se você consegue ter investimento, você diminui a conta de energia e, dessa forma, a família tem condições para diversificar, aumentar a produção, investir no lote e também fazer com que a gente diminua sua vulnerabilidade econômica e alimentar.

Temos também a experiência do Veredas Sol e Lares, que é uma experiência muito importante que vamos inaugurar este ano: a maior usina de energia solar flutuante da América Latina, um projeto que a gente construiu na região norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, em parceria com a Cemig a partir Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica.

A gente construiu um projeto que atualmente beneficia 1.200 famílias num processo de hibridização do reservatório da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Santa Marta em Grão Mogol, no Vale do Jequitinhonha. É uma PCH antiga, que não gera mais energia, e fizemos um processo de hibridização, transformando um de seus reservatórios através de placas flutuantes: uma usina de geração fotovoltaica, não mais hidráulica, e tudo isso foi desenvolvido a partir de uma pesquisa social e com o domínio da tecnologia pelos próprios atingidos na região. É uma experiência piloto muito bonita que mostra a capa-

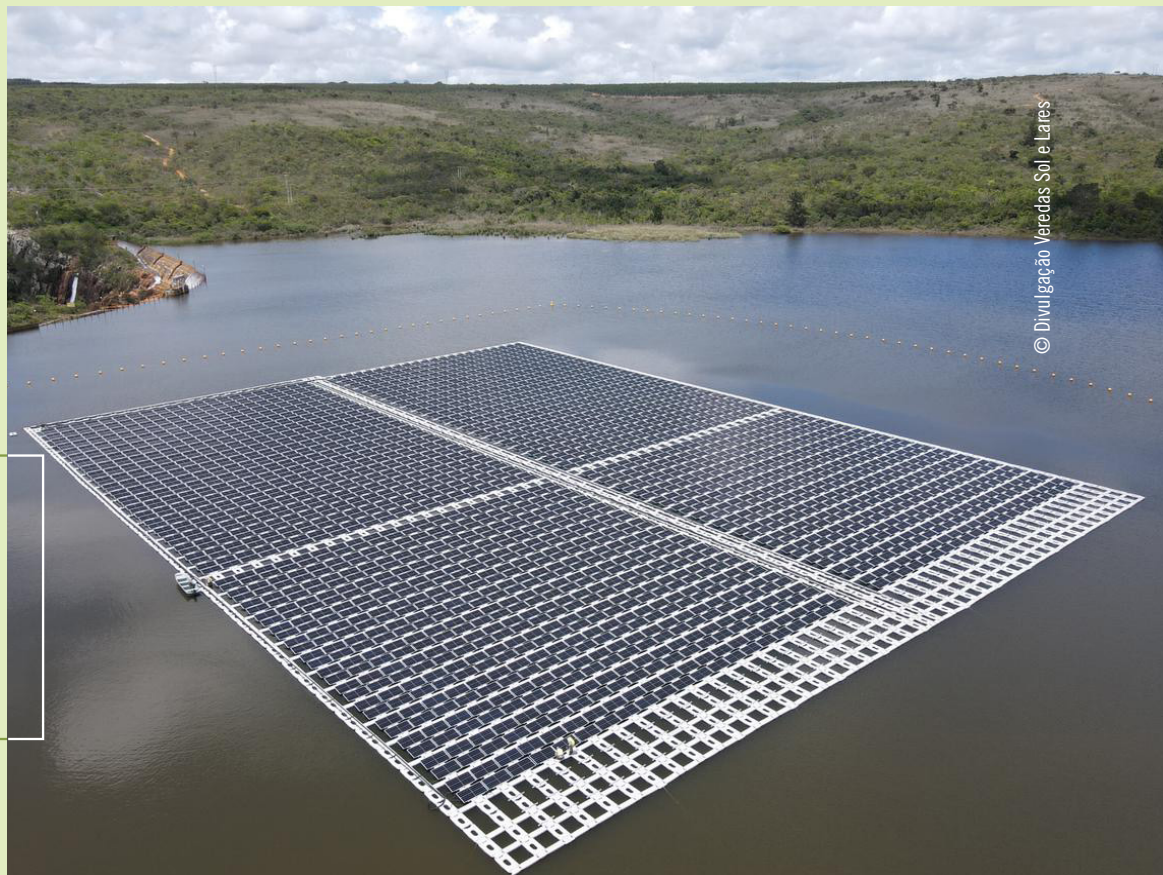
Desenvolvida em parceria com o MAB, a Veredas Sol e Lares é a maior usina solar flutuante da América Latina

cidade que a gente tem de construir experiências que demonstram, de forma concreta, nossos princípios.

Rud Rafael - *Do ponto de vista internacional, como vocês vêm atuando e que diálogos e experiências podem servir de ferramenta e de horizonte para nós? Aproveite também para destacar qualquer outra questão que considere importante.*

Francisco Kelvim - Construímos, a partir de 2016, o MAR, que é o Movimento de Afetados por Represas, que antes era uma articulação só da América do Sul, depois da América Latina, e hoje também temos trocado experiências com outras partes do mundo, principalmente a Europa e a África. Hoje há 19 países do continente americano que participam e na África outros quatro países, além de alguns na Europa. Se tornou uma grande articulação entre os atingidos por grandes obras de mineração e hidrelétricas, principalmente organizações que lutam pela defesa da água e contra iniciativas de sua privatização.

O MAR se tornou um instrumento através do qual temos trocado experiências de luta, experiências concretas que apontam para o projeto energético popular que a gente tem construído em conjunto com essas organizações, em linha com nossos princípios. Temos tem impulsionado hoje muitos intercâmbios também entre essas organizações, porque o inimigo é o mesmo, o inimigo são as atividades de exploração do meio ambiente nos territórios e, portanto, a luta se dá em campos diferentes, mas de formas similares. Podemos aprender e trocar em conjunto. 🌱



TUTELADOS ATÉ QUANDO?

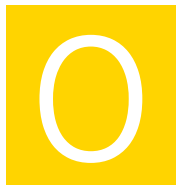
Maurício Terena

Coordenador jurídico da
Articulação Nacional dos Povos
Indígenas do Brasil



Os povos indígenas e o debate sobre mudanças climáticas

Toda a humanidade ganha com a política de demarcação de terras para povos indígenas que, além de preservarem a natureza, sinalizam alternativas de futuro



Brasil é um país que abriga uma enorme diversidade étnica de povos indígenas em seu território.

Por mais que o projeto colonial tente nos exterminar através de um processo de genocídio contínuo, nós, indígenas brasileiros, temos ensinado a sociedade civil brasileira sobre a importância da mobilização coletiva. Assim, nos últimos anos, o movimento indígena tem galgado espaços de protagonismo historicamente ocupado por purutuyas¹, e aos poucos temos conseguido avançar, ainda que a passos curtos, ao ponto de hoje podermos contar com um ministério específico para tratar de nossas demandas históricas.

Todavia, ainda existem algumas pautas em que as relações de colonialidade se configuram de maneira hegemônica, inclusive no próprio campo da esquerda progressista. Não é nenhuma novidade que os corpos subalternizados são tolhidos de poder se manifestar sobre algumas pautas e, no caso dos povos indígenas brasileiros, isso é muito sintomático em alguns

ambientes de poder: as heranças de um regime tutelar ainda nos coloca como objetos, e não como sujeitos.

A branquitude por vezes quer estar à frente de reflexões sem realizar o recorte necessário de raça, etnia e classe, como no caso do debate referente às mudanças climáticas, que tem sido um debate majoritariamente branco. Obviamente, existem coletivos de pessoas negras e indígenas que lutam por justiça climática, mas em uma sociedade estruturada pelo racismo, as posições de poder e os discursos são instrumentos restritos a uma determinada elite e, por mais que esse debate seja fértil no campo progressista, ainda é muito comum ver pessoas brancas liderando esses espaços.

Os povos indígenas são responsáveis por manterem uma larga porção de florestas, biomas e ecossistemas preservados, sendo fundamentais para o equilíbrio climático do país e quicá do planeta. Por esse motivo, torna-se necessário cada vez mais realizarmos uma virada epistêmica neste século, que pressupõe uma ruptura com ideias eurocêtricas de que os povos indígenas não possuem conhecimen-

tos ou que os conhecimentos válidos são apenas aqueles ditos científicos. Essa argumentação corrobora para a invisibilidade dos povos indígenas frente a essa temática e legitima o processo de racismo ambiental e epistêmico contra os povos indígenas.

Assim, cabe salientar que os territórios indígenas são notáveis barreiras ao desmatamento e às emissões associadas de gases de efeito estufa, em especial o CO₂. Nesse sentido, torna-se cada vez mais necessário que as pessoas residentes nos grandes centros urbanos tenham o conhecimento sobre a luta histórica dos povos indígenas brasileiros para terem suas terras demarcadas: o resultado dessas políticas demarcatórias tende a afetar toda a sociedade brasileira. Não é admissível permanecer sobre a égide de uma lógica desenvolvimentista que expropria a possibilidade das futuras gerações existirem neste planeta e não se pode seguir ignorando que as comunidades indígenas têm sofrido de modo desproporcional os efeitos das mudanças climática – tendo sido justamente as que muito pouco ou nada contribuíram para a catástrofe que se anuncia.



Organizado pela Apib, o Acampamento Terra Livre reúne milhares de indígenas anualmente em Brasília

Assim, é evidente que os benefícios das demarcações das terras indígenas ultrapassam os povos indígenas: toda humanidade tende a ganhar com a política de demarcação. Garantir a participação dos povos indígenas no debate público sobre as mudanças climáticas é, portanto, fundamental – tratam-se de sujeitos historicamente excluídos da arena pública, mesmo possuindo conhecimentos milenares que permitem uma ecológica que privilegia a vida humana em detrimento do lucro.

É urgente olharmos para as sociedades indígenas e entendê-las como uma possibilidade para o futuro da humanidade. Não é à toa que o slogan da maior mobilização indígena do país, o Acampamento Terra Livre (ATL), este ano foi “o futuro é indígena: sem demarcação não há democracia”. Um dos momentos mais importantes desse evento foi quando os povos indígenas brasileiros decretaram emergência climática, o que carrega consigo uma imensidão de significantes pois, como já dito, somos nós que mais iremos sofrer com essas mudanças.

A solução desse problema passa necessariamente pela valorização das tradições indígenas e, acima de tudo, pelo deslocamento da branquitude em se colocar no lugar da escuta e menos no da fala. É necessário permitir que sujeitos historicamente silenciados possam estar à frente de pautas tão caras à sociedade brasileira e que nós, povos indígenas, não sejamos chamados para ocupar o lugar de protagonismo apenas no mês de abril. ●

1 Não indígena na língua terena.

Isso posto, torna-se importante ressaltar que a luta pela demarcação de nossas terras é travada tanto no território tradicional quanto nas cidades. Atualmente, existe no Brasil um quantitativo expressivo de povos indígenas que moram em cidades e nem por isso deixam de ser indígenas. Essa afirmação torna-se necessária pois a sociedade não indígena ainda possui uma imagem estereotipada do que é ser indígena, atrelando o lugar de sua vivência à sua identidade.

Nós, povos indígenas, temos feito uma luta histórica no combate às mudanças climáticas, até mesmo antes dessa luta ser conhecida por esse nome. O modo de vida tradicional indígena pressupõe uma relação de (co)existência com os recursos naturais – é como se o território e toda biodiversidade que nele reside fosse uma extensão de nossos corpos e, por esse motivo, o cuidado é um elemento constitutivo dessa relação. Nesse sentido, os povos indígenas brasileiros devem estar à frente de debates referente às mudanças do clima, pois nós somos nações que conseguimos elaborar um modo de ser/estar no mundo para além do capitalismo.

Segundo o relatório IPCC (2022), o planeta Terra está ficando cada vez mais próximo do ponto de não retorno do aquecimento global e, cada vez mais, os centros urbanos – onde vive metade da população mundial – sofrem com os impactos das mudanças climáticas. Esse cenário tende a piorar caso a política de demarcação do estado brasileiro sofra alterações – seja no Legislativo, através de proposições como o Projeto de Lei 490 de 2007, seja no Supremo Tribunal Federal, no caso do julgamento do Marco Temporal. Nesse sentido, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) tem consolidado o entendimento de que o julgamento do Marco Temporal é, acima de tudo, um litígio climático pois, caso o Supremo entenda pela constitucionalidade dessa tese que prevê a restrição das demarcações das terras indígenas no Brasil, a política ambiental do estado brasileiro sofrerá a perda de uma importante aliada na proteção etnoambiental. Para além disso, diversos povos indígenas de todas as regiões do país correm o risco de perderem seus territórios ancestrais e, conseqüentemente, terem solapadas suas garantias culturais e de existência.

I CONFERÊNCIA AMAZÔNICA DO PSOL

Amazonizar a política, cultivar a vida e combater as mudanças climáticas

Entre os dias 19 e 21 de maio de 2023, representantes dos diretórios estaduais do PSOL de toda Amazônia Legal e da setorial nacional ecossocialista do partido debateram, junto a demais filiados e filiadas presentes, movimentos sociais e especialistas convidados, questões conjunturais e programáticas em relação à situação da Amazônia e a centralidade do debate socioambiental para o PSOL. A Ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara participou da mesa de abertura do evento, cujo tema foi "O futuro é ancestral: a Amazônia como garantia de futuro". As demais etapas do encontro focaram em questões de

território e territorialidade, os desafios da luta ambiental no Brasil, a financeirização da natureza e a transição ecossocialista, bem como as propostas do capital e a COP 30, que será realizada em Belém.

A Jatobá traz a íntegra da síntese desse importante encontro, que propõe um processo de "amazonização" do partido que deve contribuir para elevar o nível do debate sobre a região e sobre questões socioambientais de modo geral, para dentro e para fora do PSOL. Além de representar um acúmulo consensual substantivo, inédito e urgente, o documento será debatido pelo próximo Congresso Nacional do PSOL, no segundo semestre de 2023, servindo para nortear as decisões estratégicas e programáticas do partido.

O sentido da conferência da Amazônia

É chegada a hora de reflorestar mentes. A mãe terra urge que atuemos imediatamente. Não há planeta B e nem socialismo em terra arrasada. O capitalismo é um sistema que opera sob o oposto da lógica da reciprocidade: extrai sempre muito mais do que devolve e penaliza os que menos contribuem com o colapso planetário. Esse processo de esgotamento está jogando a Amazônia – e toda a humanidade – ao ponto de não retorno. Para recuperar esse estrago será preciso criar um sistema fundamentado em reciprocidade entre humanos e natureza, como as cosmologias indígenas defendem: o futuro é ancestral!

Depois do terrível desmonte socioambiental promovido pelo governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, a eleição de Lula foi avanço notório e significa uma janela de oportunidade para que os povos da Amazônia possam avançar em seus direitos. A Amazônia é um território estratégico para garantir condições de perpetuação da vida, agora e no futuro, subsidiando não apenas sobrevivência, como também perspectivas de uma vida plena e emancipadora. Qualquer formulação estratégica sobre o futuro do Brasil e do mundo

não só deve incluir a região amazônica, como deve garantir que seus povos sejam protagonistas nos processos de formulação e tomada de decisão sobre esse território, sob o risco de incorrer em sérios equívocos.

Amazonizar o planeta

No debate que propomos, a Amazônia não se reduz a um ecossistema: ela é multiplicidade de dinâmicas e territórios e isso é fundamental para recolocar as formas sociais e históricas de vida no debate sobre o futuro do planeta e entender que esse debate não se reduz a um balanço na relação entre carbono e oxigênio, mas compreende a diversidade das formas de vida e suas relações.

Amazonizar é reconhecer o Brasil como um país composto por muitos povos e territórios; é considerar as tradições culturais dos povos originários e viventes da Amazônia como um precioso legado; é assumir nossa condição pan-amazônica, irmanados com os povos de oito países com quem compartilhamos a grande floresta; é proclamar em alto e bom som que a Natureza tem direitos; é lutar pela



soberania alimentar, considerando o alimento como uma forma de cultura e resistência; é entender que a Amazônia e seus povos precisam estar no centro dos debates políticos; é superar a mitificação em relação a um território que é muito mais que florestas, rios e biodiversidade – também são seus 25 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem em grandes cidades, na sua maioria pobres.

Amazonizar é lutar por formas democráticas e sustentáveis de produção e consumo que rompam com a lógica do agronegócio; é entender que a terra pertence aos povos, que não pode ser submetida a lógica privada; é construir a transição agroecológica para respeitar todas as formas de vida e superar as ilusões em torno da “revolução verde” que levam ao envenenamento do planeta; é realizar uma transição energética justa, com centralidade e protagonismo dos povos na construção de alternativas populares e comunitárias, priorizando as fontes renováveis, de baixo carbono, com distribuição da riqueza e soberania; é, enfim, o compromisso de lutar por um mundo onde todas as pessoas possam viver com igualdade e em relações saudáveis e sustentáveis entre si e com os demais seres vivos do planeta.

A solução para a crise ecossistêmica não virá da bolsa de valores!

Por essas razões, o discurso hegemônico sobre as mudanças climáticas e as soluções propostas pelo capitalismo verde só ampliam o problema. O que o capitalismo verde propõe não é um freio ético, mas um ponto de retorno do projeto do capitalismo moderno; aposta que o mercado poderá encontrar

soluções que possibilitem ter na preservação uma fonte de riqueza maior que a destruição, escondendo que isso passa pela ampliação da financeirização da natureza, do controle oligopolista sobre os recursos naturais, pela concentração latifundiária da terra, o fortalecimento do agronegócio como monocultura, a exemplo de Matopiba, e uma transição que inclui apenas uma minoria.

No neoextrativismo, o diálogo é consentido quando é baseado na subalternidade. A exploração ocorre sob as luzes de falsos “bons exemplos”, colocados ao mundo como possibilidade de salvaguardar os interesses gerais do planeta, como no caso do mercado verde de oleaginosas, do algodão, do cacau ou dos agrocombustíveis, sem revelar, no entanto, que são falsas soluções e promovem saque, roubo, violência, silenciamento e morte de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e das populações urbanas periféricas.

A investida financeira com falsas soluções climáticas é uma tentativa de abrir uma nova frente de acumulação, criando mercados de “compensação”, como o baseado no carbono, que pode ter seus créditos negociados em bolsas de valores. Até mesmo os serviços ambientais são mercantilizados, promovendo uma lógica que não compensa os atuais modelos e padrões de produção.

Vamos Amazonizar o PSOL e a esquerda brasileira

O PSOL é o partido que na institucionalidade e nas ruas, junto aos movimentos sociais, luta por justiça socioambiental sem ilusões com as alternativas pautadas pelo sistema capitalista. A transição necessária para o enfrentamento da

soma de todas as crises - ecológica, sanitária, econômica e civilizatória - é baseada em alternativas sistêmicas; na luta pela eliminação dos sistemas de opressão de classe, gênero, raça e sexualidade que sustentam o capitalismo e pelo fim da naturalização da transformação de seres vivos e da natureza em mercadorias. Lutamos pela demarcação e defesa dos territórios, por reforma agrária, soberania alimentar, promoção e defesa dos direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos tradicionais, e pela vida dos defensores e defensoras dos territórios amazônicos e de seus povos. Do mesmo modo, o partido está comprometido com a luta por um novo modelo amazônico de cidades que garanta o bem-viver das populações.

É nossa responsabilidade evitar o colapso e nos somarmos aos povos tradicionais que sempre estabeleceram uma relação sustentável com a natureza, ainda que alvos daqueles que a oprimem com sua lógica de dominação e exploração sobre tudo que existe. Como afirmam nossas lideranças indígenas: "o futuro é ancestral". Lutamos, portanto, pela adoção de mecanismos de reparação aos países mais pobres, que foram e são submetidos a saques e destruição historicamente, e que garanta os direitos dos povos, a soberania popular sobre os territórios e a transição agroecológica.



© Bernardo Guerreiro

É no PSOL que as lutas se encontram!

O PSOL é ferramenta das lutas dos povos das florestas, dos povos originários, dos povos das águas, de quilombolas e populações tradicionais. Temos experiências de gestão voltadas aos interesses das maiorias sociais, como acontece em Belém, sob a gestão do prefeito Edmilson Rodrigues. Na Câmara dos Deputados, além da bancada do cocar, nossos e nossas parlamentares são expressão do compromisso do partido com a luta das periferias urbanas, das negras e negros, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e juventude.

Porém, em nossa bancada não existem representantes dos estados amazônicos. Isto é um forte indicativo de que é preciso ir além. Precisamos também avançar na nossa contribuição à resistência praticada em todas as "Amazônias": a urbana, a camponesa, a ribeirinha, a indígena, a quilombola. Isso significa que precisamos imergir nessas lutas, aprender com a resistência dos povos, aumentar nossa capacidade de formulação e contribuição concreta, de forma que o PSOL se torne realmente um partido dos povos da Amazônia.

Um programa para a Amazônia que queremos

Precisamos de um programa amazônico que combata o racismo ambiental, que permita que sejamos garantidores da existência humana no embate contra as mudanças climáticas e que nossos povos tenham seus direitos territoriais e humanos atendidos, como sujeitos coletivos que buscam justiça socioambiental. Precisamos resgatar a ancestralidade dos povos e territórios tradicionais, valorizar a diversidade e pensar os diferentes papéis dos sujeitos em suas diferentes maneiras de ser e estar no mundo, como sujeitos individuais e coletivos. Nosso partido deve ter como centro a busca de alternativas socioeconômicas concretas para combater a fome, a desigualdade social, a violência urbana, a concentração de renda e riqueza.

Como síntese inicial desta Conferência, propomos:

- **1** Defender e construir a transição justa, ecossocialista e popular, com responsabilização dos países ricos, rumo a uma sociedade do bem-viver;
- **2** Desenvolver plano partidário de enraizamento e crescimento do PSOL nos estados amazônicos;
- **3** Promover a formulação de programas eleitorais e subsídios a parlamentares do PSOL para vocalizar e defender as sínteses desta Conferência;
- **4** Desenvolver estratégias de comunicação e mobilização de massa em torno do programa socioambiental aqui expresso;
- **5** Lutar pela constitucionalização da natureza como sujeita de direitos;

- **6** Lutar pela demarcação, titulação, homologação, defesa e desintração dos territórios indígenas, quilombolas e tradicionais, e assegurar o respeito à consulta livre, prévia, informada e de boa fé, conforme estipulada na Convenção 169 da OIT;
- **7** Atuar pela proteção de defensoras e defensores dos direitos humanos, da natureza e dos povos, denunciando ameaças e extermínios;
- **8** Atuar contra o Marco Temporal e Projetos de Lei que atentem contra a integridade e a possibilidade de demarcação de novos territórios;
- **9** Defender os princípios de autonomia pluriétnica das nações indígenas;
- **10** Atuar contra as iniciativas imperialistas e tentativas de ingerência corporativa no território amazônico, alienação de territórios e cessão de nossa soberania como no caso da Base Espacial de Alcântara;
- **11** Defender o fim do desmatamento, o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e controle ambiental, a defesa dos parques e unidades de conservação, assim como territórios indígenas e tradicionais para impedir o ponto de não retorno do ecossistema amazônico;
- **12** Lutar contra grandes projetos de infraestrutura logística e extrativista que violam territórios e direitos, tais como a Ferrogrão e novas barragens;
- **13** Denunciar falsas soluções verdes e iniciativas de financeirização da natureza, tais como o mercado de crédito de carbono e a mercantilização da água e serviços ambientais;
- **14** Mobilizar permanentemente pelo fim do garimpo ilegal, atuando em defesa das comunidades e populações atingidas por atividades de mineração, reivindicando maior fiscalização e responsabilização pelos efeitos negativos;
- **15** Propor políticas que associem a proteção ambiental ao desenvolvimento de atividades econômicas a fim de proteger e fortalecer as comunidades locais e defender alternativas que promovam o potencial de geração de emprego e renda da população amazônica, buscando agregar valor a atividades tradicionais e industriais manejadas pelos povos da Amazônia e desinvestir do agronegócio predatório;
- **16** Combater a fome, promovendo a soberania alimentar e segurança nutricional, defendendo o modelo agroecológico e maior financiamento à agricultura familiar, em oposição à monocultura agroexportadora e uso ostensivo de agrotóxicos, apoiando a federalização da Lei Zé Maria do Tomé (Lei 16820/19 do Ceará), que proíbe despejo aéreo de veneno em plantações;
- **17** Implantar um programa agrícola e hídrico que valorize a soberania popular e alimentar, a produção de alimentos saudáveis e a ancestralidade dos povos, territórios e territorialidades;
- **18** Promover modelos de segurança comunitários e combater o encarceramento em massa e a militarização da vida na Amazônia e territórios fronteiriços;
- **19** Combater a concentração privada da terra, dando transparência ao domínio e à cadeia dominial, resgatando as terras públicas apropriadas indevidamente e destinando-as à reforma agrária e aos usos coletivos;
- **20** Atuar contra projetos de redução da área da Amazônia, como o PL 337/2022;
- **21** Atuar contra os grandes empreendimentos hidrelétricos, lutando pela implantação de uma política energética que concilie o baixo carbono com a soberania popular, a produção cooperada e a distribuição socialmente justa da riqueza, superando no médio prazo as grandes barragens, o uso de hidrocarbonetos e as experiências de agrocombustíveis, reivindicando a memória e a reparação histórica dos atingidos;
- **22** Construir mobilizações e articulações junto aos movimentos sociais no contexto de grandes conferências internacionais, marcadamente a “Cúpula dos Povos” em paralelo à COP 30;
- **23** Apoiar as decisões técnicas tomadas pelo Ibama contra a prospecção e exploração de petróleo na chamada Margem Equatorial brasileira;
- **24** Lutar pelo fim da Lei Kandir e pela revisão da distribuição da cota-parte do ICMS pelos municípios, acabando com o atual sistema que prejudica as populações amazônicas;
- **25** Defender o SUS e iniciativas interculturais na área de saúde em consonância com as especificidades do contexto amazônico;
- **26** Defender a implementação de políticas de educação pluriétnica, ecopedagógica e socioambiental nos estados e municípios de todo o país;
- **27** Agir pela promoção de modais de transporte populares e seguros, que atendam as especificidades da Amazônia;
- **28** Promover e construir modelos de planejamento urbano que assegurem o direito à cidade e o bem-viver urbano e que garantam a adaptação aos eventos climáticos extremos;
- **29** Lutar contra todas as tentativas de criminalização dos movimentos sociais, em especial a CPI do MST;
- **30** Denunciar e combater as várias formas de extermínio dos amazônidas, vítimas do crime organizado e narcotráfico, das enchentes, das doenças negligenciadas, e da exploração de seus corpos e da miséria. É hora de construir um PSOL amazônico, ecossocialista e libertário! 🟢

A ECOLOGIA DE MARX: um convite à leitura

Gustavo Iorio

Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora (DGEO/UFJF), membro do grupo de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POEMAS), e do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea/UFJF)



A ECOLOGIA DE MARX: materialismo e natureza



John Bellamy Foster

Expressão Popular, 2023

A ecologia de Marx: materialismo e natureza, de John Bellamy Foster, é um marco nos estudos do ecossocialismo no Brasil e no mundo. Originalmente publicada em 2000 pela editora *Monthly Review*, a obra foi traduzida para o português já em 2005 pela Editora Civilização Brasileira, edição há muito esgotada. Quase 20 anos depois, a Editora Expressão Popular nos apresenta uma nova tradução, facilitando o acesso a esse livro formidável.

Não é exagerado dizer que a obra é um acerto de contas entre o marxismo e as questões ecológicas emergentes no contexto em que o livro foi escrito. Já no segundo parágrafo, Foster deixa claro este tom:

Marx é frequentemente caracterizado como um pensador antiecológico. Mas sempre fui muito familiarizado com sua escrita para levar essa crítica a sério. Ele tinha, como eu sabia, demonstrado uma profunda cons-

ciência ecológica em vários pontos de sua obra (p. 11).

Para Foster, a teoria marxista favorece o “escrutínio crítico renovado do debate sobre a ‘dialética da natureza’” (p. 42). O que, no entanto, não significa que nosso autor impute ao teórico alemão qualquer forma de ecologismo extemporâneo, *avant la lettre*. Conforme ele cuidadosamente adverte: “[...] a intenção aqui não é ‘esverdear Marx’ para torná-lo ‘ecologicamente correto.’” (p. 42). Outrossim, Foster almeja trazer à tona uma abordagem sofisticada da questão ecológica diretamente de Marx (e Engels), a partir das leituras sobre, por exemplo, a renda da terra e o caráter disruptivo da agricultura capitalista; a divisão do campo e da cidade; a lei do “roubo da madeira”, o guano peruano, entre outros.

Para sustentar esse argumento, ele se vale de uma vasta leitura dos escritos marxianos, que percorre todas as nuances possíveis de serem atravessadas. Ao longo do texto, vê-se

um estudo minucioso dos textos de Marx, a começar pela própria tese de doutoramento, passando pelos escritos filosóficos de sua juventude em Paris, os textos políticos e as obras de maturidade, notadamente “O Capital” e os textos do período de estudo para elaboração de sua obra-mestra. Cabe destaque a detida leitura que Foster faz das cartas trocadas por Marx e seus interlocutores. Por exemplo, é numa dessas correspondências endereçada à Ferdinand Lassale em janeiro de 1861, que vemos, além do seu conhecido sarcasmo, o apreço de Marx à obra do naturalista britânico Charles Darwin:

[...] o trabalho de Darwin é muito importante e se adequa ao meu propósito, pois fornece uma base na ciência natural para a luta de classes histórica. Tem-se, é claro, que aturar o desajeitado estilo de argumentação inglês. Apesar de todas as falhas, é aqui que, pela primeira vez, a ‘teleologia’ na ciência natural não apenas sofre um

golpe mortal, mas seu significado racional é explicado empiricamente. (MARX; ENGELS, v. 41, 246-247 apud FOSTER, 2023. p. 282)

Foster demonstra como Marx é em si uma fonte inelutável para a análise robusta da dinâmica da apropriação da natureza sob a égide do modo de produção capitalista. Isto o posiciona como um dos precursores daquilo que Foster e Burkett chamaram de “segundo estágio do ecossocialismo”¹. O primeiro estágio foi marcado pela abordagem das questões ecológicas desde o ponto de vista marxista, porém aceitando como pressuposto que este seria, por origem, antiecológico e prometeico. Autores do segundo estágio, ao contrário, ancorados em uma ampla varredura dos escritos marxianos defendem que Marx é em si mesmo suficiente e necessário para a análise ecológica crítica, dispensando os “enxertos” das teorias verdes na teoria marxista. *A ecologia de Marx* é uma obra seminal deste segundo ponto de vista.

Em termos gerais, pode-se dizer que uma dentre tantas outras valiosas contribuições deste trabalho de Foster foi o de realçar a amplitude e profundidade das noções de ruptura metabólica e alienação da natureza de Marx:

Marx empregou o conceito de uma ‘ruptura’ na relação metabólica entre os seres humanos e a terra para capturar o estranhamento material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista em relação às condições naturais que formaram a base para sua existência – o que ele chamou de “condições eternas da existência humana impostas pela natureza” (p. 238)

A ideia de “estranhamento material” é bastante provocativa. No entanto, me ateno aqui a um outro aspecto em particular: “às condições naturais que formam a base para sua existência”. Foster é bastante categórico em

reivindicar uma concepção materialista da natureza sem recair em mecanicismos, o que ele preferiu chamar de “materialismo profundo” ou ecológico (p.354-355). Nos dizeres do autor:

O marxismo ocidental, crítico (junto de grande parte da filosofia e da ciência social contemporâneas) foi definido por sua rejeição do positivismo cru do século XIX, que tentava transferir uma visão de mundo mecanicista e reducionista (à qual foram atribuídos alguns notáveis êxitos no desenvolvimento da ciência) ao domínio da existência social. No entanto, ao rejeitar o mecanicismo, incluindo o biologismo mecanicista da vertente do darwinismo social, pensadores das ciências humanas, incluindo marxistas, passaram cada vez mais a rejeitar o realismo e o materialismo, adotando uma visão de que o mundo social era construído, no todo de suas relações, pela prática humana – incluindo,

notavelmente, aqueles aspectos da natureza que impactam negativamente o mundo social –, simplesmente negando, assim, os objetos intransitivos do conhecimento (objetos do conhecimento que são naturais e existem independentemente dos seres humanos e das construções sociais) (p. 26).

Neste sentido, Foster combate uma postura anticientífica que demarca a teoria verde contemporânea, atribuindo a autores com Bacon, Darwin e o próprio Marx a apologética da “dominação da natureza”.

Essa nova edição traz uma novidade a se destacar, que é a tradução do termo

metabolic rift para ruptura metabólica – ao invés de falha metabólica como na edição anterior –, mais alinhado, portanto, com a forma como a categoria vem sendo empregada no Brasil. Vale ainda ressaltar duas adequações na tradução que essa nova edição traz: na página 194 da edição de 2005 *rent of land* (p. 137) é traduzida como *aluguel da terra*, ao invés de *renda da terra*, conforme acertadamente faz a nova edição (p. 203), já que *renda* é uma categoria marxiana, enquanto *aluguel* não é. Mais adiante, na página 210 da edição de 2005, parece ter havido um engano

na tradução quando liamos “os historiadores da agricultura se referem às vezes a uma segunda e até a uma terceira Revolução Industrial.” (Grifo meu); já na edição de 2023 temos: “os historiadores da agricultura se referem, por vezes, a uma Segunda e até mesmo a uma Terceira Revolução Agrícola” (p. 217. Grifo meu).

Marx é em si uma fonte inelutável para a análise robusta da dinâmica da apropriação da natureza sob a égide do modo de produção capitalista

Diante de todos os elementos que foram postos aqui e tantos outros igualmente fascinantes que não puderam ser contemplados, convido o leitor e a leitora, familiarizados ou não com o ecossocialismo e a teoria marxista, a se debruçar sobre essa nova edição do clássico livro de Belamy Foster com a garantia de uma leitura proveitosa. 🍀

1 Marx and the Earth: an anti-critique. Boston : Brill, 2016. Para uma apreciação dos estágios do ecossocialismo em português, ver: SÁ BARRETO, E. *Ecologia marxista para pessoas sem tempo*. São Paulo: Usina Editorial, 2022.

LITERATURA



Floresta é o nome do mundo

- Ursula K. Le Guin
- Editora Morro Branco

A autora de obras-primas como “A mão esquerda da escuridão” e “Despossuídos”, a estadunidense Ursula Le Guin é uma das maiores escritoras de ficção do século XX. Pioneira de abordagens críticas e criativas sobre gênero, política e economia, em a “Floresta é o nome do mundo” ela nos leva ao planeta Athshe, local repleto de florestas deslumbrantes e habitado pelos creechies, seres pequenos, cobertos de pelos verdes, que vivem em plena harmonia com a natureza e valorizam os sonhos.

A tranquilidade de Athshe é abalada quando colonizadores da Terra, já em ruínas e superpovoada, chegam ao planeta querendo explorar suas matérias-primas, oprimindo brutalmente seus pacíficos habitantes originários. Narrado em três perspectivas diferentes, do creechie Selver, do pesquisador humano Lyubov e do colono Davidson, o livro revela o antagonismo de uma cosmologia de relação harmônica e profunda com a natureza com a perspectiva terráquea extrativista, antropocêntrica e opressora, típica do colonialismo.

Com apenas 158 páginas, o livro é de fácil leitura e promove um mergulho instantâneo e profundo num universo ficcional cheio de imagens marcantes. Os paralelos críticos à nossa realidade, típicos da obra de Le Guin, se diluem na envolvente história, que culmina na organização dos creechies para resistir ao brutal colonialismo humano.

FILMES & SÉRIES



50 tons de fake verde é uma série idealizada pela ONG

Fase em parceria com a Casa Ninja Amazônia, com apoio da Open Society e da Fundação Heinrich Boll. Em pequenas sátiras bem humoradas de apenas um minuto e meio, os episódios abordam práticas do chamado

greenwashing: a tentativa de empresas ou atores políticos de lavarem imagem de verde apesar das ações antiambientais que perpetram. Disponível no Youtube e no Instagram.

PODCAST



Ailton Krenak e Emicida conversam sobre "Futuro ancestral" no episódio 231 da Rádio Companhia, o músico e escritor Emicida dialoga com o pensador e líder indígena Ailton Krenak sobre seu novo livro. Lançado em março deste ano, “Futuro

ancestral” é o terceiro livro de Krenak publicado pela Companhia das Letras, dando continuidade às urgentes e profundas reflexões de “Ideias para adiar o fim do mundo” e “A vida não é útil”.



Realizada com cinzas das queimadas na Amazônia, esta obra é uma homenagem do grafiteiro e ativista socioambiental Mundano ao líder indígena Ari Uru-Eu-Wau-Wau, assassinado em 2020. A capa desta edição traz sua releitura de "Operários", de Tarsila do Amaral, utilizando a lama do desastre de Brumadinho na pintura.





NAPE

Núcleo de Análises, Pesquisas e Estudos da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

Núcleo de Análises, Pesquisas e Estudos da FLCMF



O **NAPE** é um espaço dinâmico e proativo dedicado à análise de questões relevantes para a sociedade, **com foco em democracia, direitos, desigualdade e o partido PSOL.**



Com pesquisas importantes para a militância de esquerda,

o NAPE é uma força ativa, comprometido com a transformação social, além de ser um ambiente de debate, construção de conhecimento e fortalecimento do PSOL.



R. Silvio Sacramento, 146 - Pinheiros
São Paulo - SP, 05408-040



FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO**
PSOL